



Técnico Judiciário - FCC

SIMULADOS

TJ-AL

AMOSTRA GRATUITA

Q2

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

APRESENTAÇÃO

Fala, Futuro(a) Técnico(a) Judiciário! Tudo bem?

Seja bem-vindo a nossa **AMOSTRA GRATUITA** focada no Pós-edital da banca **FCC** para o concurso do **TJ-AL (Técnico Judiciário)**.

COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão **4 simulados** com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver todas as matérias cobradas no Pós-edital da **Banca FCC**.

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **60 questões** e os **comentários com gabarito** de cada questão fica disponível após finalizar o simulado!
- Os **4 simulados** serão Liberados de imediato!
- O acesso do pacote completo com 4 simulados é enviado pelo **E-mail** através da nossa **plataforma eduzz!**

Bons estudos e aproveite seu material Gratuito! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

Equipe **Quebrando Questões**.

PORTUGUÊS

01) Texto 1

Quando me separei, deixei a beira-mar e voltei a morar num topo de ladeira, quase no mesmo endereço que dividi anos atrás com a minha primeira mulher. Ela ainda mora naquele prédio de pasfilhas, quatro abaixo do meu, e já deve ter me visto passar sob a sua janela. Talvez pense que ensaio uma reconciliação, embora esfeja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas*, sobretudo nos dias em que sento para escrever e me sinto amarrado, com a vista saturada de letras. Desço à rua sempre que as letras endurecem no papel, comprimidas entre si como as pequenas pedras em preto e branco do calçamento que piso. Pouco a pouco meus olhos se deixam levar por um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos. Mais adiante já não vejo mais que cores, arestas, vultos, halos, e ideias solias me vêm à cabeça, esta boa, esta má, e toca a subir e descer a ladeira debaixo de sol ou chuva, pensando alto, discutindo comigo mesmo, com aqueles tiques e gestos falhos de que fala o poeta, aquelas caretas que fazem os porteiros abanar a cabeça: aê, o esquisitão voltou.

(Adaptado de: BUARQUE, Chico. Essa gente. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, edição eletrônica)

* **peripatético**: que é exagerado na expressão e nos gestos.

Desço à rua sempre que as letras endurecem no papel, comprimidas entre si como as pequenas pedras em preto e branco do calçamento que piso.

No contexto em que se encontra, o pronome “si” sublinhado acima

- A) indica indeterminação do sujeito.
- B) realça o sentido reflexivo.
- C) reflete o sujeito da oração.
- D) expressa mudança de estado.
- E) indica reciprocidade.

02) As vírgulas separam termos de uma enumeração no seguinte segmento:

- A) embora esteja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas, sobretudo nos dias em que sento para escrever e me sinto amarrado, com a vista saturada de letras.
- B) Ela ainda mora naquele prédio de pastilhas, quatro abaixo do meu, e já deve ter me visto passar sob a sua janela.
- C) Quando me separei, deixei a beira-mar e voltei a morar num topo de ladeira, quase no mesmo endereço.

D) Pouco a pouco meus olhos se deixam levar por um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos.

E) discutindo comigo mesmo, com aqueles tiques e gestos falhos de que fala o poeta .

03) No trecho, o narrador relata que sua atitude, durante a caminhada,

- A) provoca a inveja de outros escritores
- B) desperta o ciúme da ex-mulher.
- C) intriga os alunos de uma escola do bairro.
- D) incomoda os moradores do prédio em que mora.
- E) causa estranheza a pessoas que o veem passar.

04) Talvez pense que ensaio uma reconciliação, embora esteja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas. No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de

- A) concessão.
- B) causa.
- C) consequência.
- D) condição.
- E) comparação.

05) Do início da Segunda Revolução Industrial até hoje, a temperatura média do planeta subiu cerca de 1,1 grau Celsius (°C).

O elemento que exerce, no contexto em que se encontra, a mesma função sintática que o sublinhado na frase acima está também sublinhado em:

- A) um padrão de habitação e ocupação do solo provavelmente inédito na história da humanidade.
- B) Hoje, as ilhas de calor se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.
- C) A emissão de gases de efeito estufa é o principal motivo que toma o clima na Terra progressivamente mais quente a partir de meados do século XIX.
- D) No plano local, o estilo de vida urbano adotado atualmente pela maior parte da população global! potencializa ainda mais o calor de fundo criado pelas mudanças climáticas.
- E) Com menos áreas verdes, mais concreto e asfalto e ocupação geralmente desordenada do solo, as cidades são mais abafadas.

06) Texto 02

A emissão de gases de efeito estufa é o principal motivo que torna o clima na Terra progressivamente mais quente a partir de meados do século x 1x. Do início da Segunda Revolução Industrial até hoje, a temperatura média do planeta subiu cerca de 1,1 grau Celsius (°C). No plano local, o estilo de vida urbano adotado atualmente pela maior parte da população global potencializa ainda mais o calor de fundo criado pelas mudanças climáticas. Desde 2007, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), mais pessoas vivem em cidades do que no campo, um

padrão de habitação e ocupação do solo provavelmente inédito na história da humanidade. Hoje, mais de 55% dos bilhões de habitantes do planeta moram em centros urbanos. Em muitos países, esse percentual é bem maior e, no Brasil, chega a 88%.

Com menos áreas verdes, mais concreto e asfalto e ocupação geralmente desordenada do solo, as cidades são mais abafadas do que as áreas rurais. Dentro do meio urbano, as zonas com menos árvores e vegetação são ainda mais quentes e formam bolsões de clima abafado. Esse efeito é denominado ilha de calor urbana. Até poucos anos atrás, ele era mais sentido e estudado em grandes cidades, com milhões de habitantes, como São Paulo, Rio de Janeiro ou qualquer outra grande metrópole. Hoje, as ilhas de calor se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.

(PIVETTA, Marcos. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br>)

A redação em que se mantém a correção e a relação lógica entre as ideias expostas no texto está em:

- A) Não obstante, mais sentido e estudado, há poucos anos, em metrópoles com milhões de habitantes, hoje as ilhas de calor se manifestam das menores às maiores cidades.
- B) Desde meados do século XIX, conforme aumentam a emissão de gases de efeito estufa, o clima na Terra tornou-se cada vez mais quente.
- C) Embora tenha menos áreas verdes do que concreto e asfalto, as cidades são mais abafadas do que as áreas rurais.
- D) A ocupação desordenada do solo contribui para a formação de ilhas de calor urbanas, cujos bolsões de clima abafado, contudo, deixariam ainda mais quentes as zonas com menos árvores e vegetação.
- E) Com base nos dados disponíveis, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que, desde 2007, mais pessoas vivam em cidades do que no campo.

07) Texto 03

[A mulher] trouxe uma fotografia em preto e branco: Yagub e minha mãe juntos, numa canoa, em frente da palafita, o Bar da Margem, Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz. Depois falou que morava muito longe, em São Paulo, fazia anos que não visitava a cidade. A mulher quis puxar conversa, mas Yaqub quase não falou, sua alegria foi se apagando, o rosto ficou sério. Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu: talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem. Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que nunca ia se esquecer do dia em que saiu de Manaus e foi para o Libano.

Tinha sido horrível. “Fui obrigado a me separar de todos, de tudo... não queria.”

A dor dele parecia mais forte que a emoção do reencontro com o mundo da infância. Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante, onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros. A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida. Eu via o rosto sério de Yaqub, e imaginei o que teria lhe acontecido durante o tempo em que viveu numa aldeia do sul do Libano. Talvez nada, talvez nenhuma torpeza ou agressão tivesse sido tão violenta quanto a brusca separação de Yaqub do seu mundo. Seu entusiasmo para redescobrir certas pessoas, paisagens, cheiros e sabores era logo sufocado pela lembrança dessa ruptura.

(Adaptado de: HATOUM, Milton. Dois irmãos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, edição eletrônica)

e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante, onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima está sublinhado em:

- A) A mulher quis puxar conversa, mas Yaqub quase não falou
- B) Eu via rosto sério de Yagub,
- C) [A mulher] trouxe uma fotografia em preto e branco:
- D) talvez nenhuma torpeza ou agressão tivesse sido tão violenta
- E) onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros.

08)

a mulher lhe ofereceu a foto (1º parágrafo)

Ele olhou a imagem, & procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz (1º parágrafo)

imaginei o que feria lhe acontecido durante o tempo em que viveu numa aldeia do sul do Libano (2º parágrafo)

Os elementos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

- A) foto — olhos - aldeia
- B) mulher — olhos — Yaqub
- C) “Yaqub — lugar — tempo
- D) mulher - lugar - tempo
- E) Yaqub — imagem — aldeia

09) O verbo sublinhado que expressa uma ação contínua está em:

- A) Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante.
- B) A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida.

- C) Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu: talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem.
D) Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz.
E) A mulher quis puxar conversa, mas Yaqub quase não falou.
-

10) Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que [...] (1º parágrafo)

Considerada no contexto, a oração reduzida de gerúndio sublinhada acima, se for desenvolvida, assumirá a seguinte redação:

- A) até que remasse para o pequeno porto.
B) porque remava para o pequeno porto.
C) desde que remasse para o pequeno porto.
D) enquanto remava para o pequeno porto.
E) quando remava para o pequeno porto.
-

11) *Seu entusiasmo [...] era logo sufocado pela lembrança dessa ruptura.*

Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal resultante será:

- A) sufocava.
B) sufocou.
C) havia sufocado.
D) sufocaram.
E) tinham sufocado.
-

12) **O emprego da vírgula antes de uma conjunção se justifica porque assinala que há duas orações com sujeitos diferentes no seguinte trecho:**

- A) Eu via o rosto sério de Yaqub, e imaginei o que teria lhe acontecido.
B) Fui obrigado a me separar de todos, de tudo.
C) Yaqub e minha mãe juntos, numa canoa.
D) Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar da margem em que algum dia fora feliz.
E) A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava
-

13) **Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante, onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros.**

No contexto em que se encontra, o termo sublinhado no segmento acima pode ser substituído por;

- A) no qual
B) o qual
C) na qual
D) da qual
E) do qual
-

14) **Do ponto de vista do narrador, causou uma “ruptura” na vida do personagem Yaqub**

- A) a volta para Manaus.

- B) a ida para o Líbano.
C) a descoberta de uma foto antiga.
D) o reencontro com Domingas.
E) a estadia em São Paulo.
-

15) Texto 04

1. Os paroquianos estranharam que, apesar de tão moço, o vigário novo fosse a tal ponto reservado, só falando o indispensável, sempre com a batina lambuzada de terra ou de tinta, às voltas com os reparos materiais da igreja. Com o tempo, acreditou-se, o sacerdote se faria amigo pelo menos das pessoas mais importantes do lugar, o prefeito, o presidente da Câmara, os representantes da Justiça, o médico, dois ou três fazendeiros, o farmacêutico. Na porta do estabelecimento deste último é que se discutia a personalidade do vigário, formando-se um grupo contra e outro a favor.

2. - Parece que ele até faz pouco-caso da gente.

3. - Nunca vi um sujeito de cara tão amarrada.

4. Os simpatizantes pegavam pelo aspecto mais evidente do padre.

5. - Mas que homem danado de trabalhador!

6. E o padre, sem dar mostras de perceber o pasmo da cidade, sempre com suas ferramentas, ativo e suarento. Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. Ele procurara o prefeito e os vereadores para pleitear um cemitério novo, o velho, nos fundos da casa paroquial, estava mesmo impraticável. Foi um alívio. Enfim, o padre tomara uma atitude perfeitamente normal, uma atitude que o incorporava à comunidade.

7. - Eu não dizia - exclamava o farmacêutico -, eu apostava que o homem quer o trabalhar por nós. Francamente, este cemitério é indigno do progresso da cidade. A gente aqui nem pode morrer por falta de lugar.

8. Com o entusiasmo, a Câmara votou uma verba especial para a aquisição de um terreno e benfeitorias adequadas. E não demorou que o novo campo-santo, depois de abençoado, fosse inaugurado com um discurso, no qual o prefeito apelava para os céus: aprovesse a Deus que jamais um corpo inânime viesse a transpor os umbrais daquela necrópole. Seis dias depois, entretanto, um corpo inânime transpunha os umbrais daquela necrópole: Deus, de repente, chamara o farmacêutico.

9. O vigário, realizada a sua única aspiração, passou a desaparecer por longas horas do dia; fora dos ofícios religiosos, raramente era visto, inquietando ainda mais os habitantes. Uma tarde, a bomba estourou: a viúva do coronel Inácio, inda levar flores à campa do falecido, no velho cemitério, descobrira a verdade macabra, a paisagem inacreditável: o antigo cemitério da cidade transformara-se escandalosamente numa horta. O estupor e a revolta não tiveram limites. Depois de muitos debates, uma comissão foi encarregada de levar ao vigário um pedido enérgico: aquilo não podia continuar, ali repousavam os entes queridos de todas as famílias da cidade: e estas esperavam que o senhor vigário arrancasse sem mais demora todos os pés de hortaliças. O vigário respondeu que não via matéria de escândalo, citou um versículo do Antigo Testamento e despediu a todos com impaciência.

10. Foi aí que os homens válidos, pedindo a compreensão de Deus, resolveram invadir o cemitério, munidos de enxadas, facas e varapaus, para acabar com a horta que já não deixava ninguém dormir em paz, nem os mortos, nem os vivos. Pois, quando se aproximaram do cemitério, foram barrados pelo cano da espingarda do vigário: ali ninguém entrava vive. Os homens voltaram desapontados e tornaram a discutir o impasse. Alguém então teve a ideia de se levar uma denúncia ao bispo da diocese. Uma semana depois, o padre embarcava numa jardineira com a mala, a espingarda e a cara amarrada. A população toda, depois de decidir que as hortaliças seriam destruídas, e não doadas aos pobres, entrou com o máximo respeito no velho cemitério e devastou a bela plantação.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. Balé do pato e outras crônicas. São Paulo: Ática, 2012)

Em *O vigário*, realizada a sua única aspiração, passou a desaparecer por longas horas do dia, a oração sublinhada expressa ideia de

- A) tempo.
- B) proporção.
- C) concessão.
- D) condição.
- E) finalidade.

16) Pode ser transposto para a voz passiva o seguinte trecho da crônica:

- A) ali ninguém entrava vivo.
- B) Os homens voltaram desapontados.
- C) Os simpatizantes pegavam pelo aspecto mais evidente do padre.
- D) Deus, de repente, chamara o farmacêutico.
- E) Francamente, este cemitério é digno do progresso da cidade.

17) *Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. (6º parágrafo)*

No contexto em que se insere, a locução sublinhada introduz uma

- A) objeção.
- B) explicação.
- C) comparação.
- D) conclusão.
- E) consequência.

18) *O vigário respondeu que não via matéria de escândalo (9º parágrafo)*

Transpondo o trecho acima para o discurso direto, o verbo da fala do vigário assume a seguinte forma:

- A) veria
- B) viu
- C) vejo
- D) vira
- E) vi

19) *Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. Ele procurara o prefeito e os vereadores para pleitear um cemitério novo; o velho, nos fundos da casa paroquial, estava mesmo impraticável. (6º parágrafo)*

No trecho acima, o cronista relata uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- A) procurara
- B) pleitear
- C) passaria
- D) deu
- E) iria

20) Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

- A) eu apostava que o homem quer é trabalhar por nós.
- B) estas esperavam que o senhor vigário arrancasse sem mais demora todos os pés de hortaliças.
- C) - Parece que ele até faz pouco-caso da gente.
- D) Os paroquianos estranharam que, apesar de tão moço, o vigário novo fosse a tal ponto reservado.
- E) o padre tomara uma atitude perfeitamente normal, uma atitude que o incorporava à comunidade.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO ESTADO (AL)

21) Com base no Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, instituído pela Lei nº 6.564, de 5 de janeiro de 2005, analise as seguintes afirmações e assinale a opção correta:

- A) O Código não permite que membros do Poder Judiciário requisitem o auxílio da força pública para garantir o cumprimento de suas ordens e decisões.
- B) O Poder Judiciário de Alagoas tem competência exclusiva para decidir sobre todas as espécies jurídicas, sem exceções.
- C) Os órgãos jurisdicionais só podem atuar mediante provocação do interessado, exceto em casos expressamente determinados pela lei para atuação de ofício.
- D) É facultativo aos órgãos de prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça de Alagoas seguir a Constituição da República e a Constituição Estadual em suas decisões.
- E) A organização e a disciplina da Carreira da Magistratura não estão incluídas no âmbito deste Código.

22) Tendo em vista as disposições do Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, Lei nº 6.564, de 5 de janeiro de 2005, sobre os órgãos de direção do Tribunal de Justiça, identifique a afirmação correta:

- A) Os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas podem ser ocupados por qualquer Desembargador, independentemente de sua antiguidade.
- B) O Presidente do Tribunal de Justiça tem um mandato de quatro anos e pode ser reeleito para períodos subsequentes.
- C) Em caso de ausência ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, o Corregedor-Geral assume automaticamente a Presidência do Tribunal de Justiça.
- D) A eleição para os cargos de direção do Tribunal de Justiça ocorre no segundo ano do mandato, e os eleitos tomam posse no décimo dia útil de janeiro do ano seguinte.
- E) O Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça não têm funções específicas atribuídas pela legislação, atuando apenas como substitutos em casos de ausência do Presidente.

23) Referente ao Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, Lei nº 6.564, de 5 de janeiro de 2005, e os procedimentos para a investidura e posse de Desembargadores, identifique a afirmação correta:

- A) Os Desembargadores do Tribunal de Justiça são exclusivamente provenientes da carreira da Magistratura, sem inclusão de membros do Ministério Público ou Advogados.
- B) O Presidente do Tribunal de Justiça não tem papel na investidura dos Desembargadores, sendo esta uma responsabilidade exclusiva do Governador do Estado.

C) A nomeação de Desembargadores do Ministério Público ou da Classe dos Advogados ocorre automaticamente, sem a necessidade de formação de lista triplíce pelo Tribunal de Justiça.

D) A posse de um Desembargador ocorre mediante a apresentação do título de nomeação e a prestação de compromisso perante o Presidente do Tribunal de Justiça, com registro em livro próprio.

E) Um juiz pode ser recusado para o acesso ao cargo de Desembargador pelo critério de antiguidade com uma simples maioria dos votos dos membros do Tribunal de Justiça.

24) Considerando a Lei nº 7.889 de 16 de junho de 2017, que reestrutura as carreiras dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, analise as afirmações sobre os cargos efetivos da Carreira Judiciária e escolha a opção correta:

A) A carreira judiciária inclui uma vasta gama de cargos efetivos além de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, como definido na legislação.

B) Os cargos de Analista Judiciário são restritos à realização de tarefas administrativas gerais, sem envolvimento em atividades que demandem conhecimento jurídico especializado.

C) Técnicos Judiciários são exclusivamente responsáveis pela execução de mandados judiciais e outras atividades externas.

D) As carreiras de Analista Judiciário e Técnico Judiciário são estruturadas em Classes e Padrões, com atribuições específicas, incluindo áreas como judiciária, apoio especializado, administrativa e oficial de justiça avaliador.

E) Apenas Analistas Judiciários podem exercer atividades que requerem registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão ou habilidades específicas.

25) Com base na Lei nº 7.889 de 16 de junho de 2017, que trata da progressão funcional dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, identifique a afirmação correta sobre os critérios e condições para essa progressão:

A) A progressão funcional ocorre automaticamente ao final de cada ano, independentemente do desempenho do servidor ou da participação em programas de capacitação.

B) Para progredir na carreira, o servidor deve ter um histórico de mais de 10 faltas injustificadas no ano e ter sido penalizado por crimes contra a Administração Pública.

C) A progressão funcional depende de avaliação formal de desempenho, frequência e aprovação em cursos de capacitação, cumprimento de interstícios e ausência de penalidades disciplinares ou criminais.

D) Servidores em estágio probatório ou cumprindo suspensão disciplinar são elegíveis para progressão funcional, desde que atendam aos demais requisitos de desempenho e capacitação.

E) A Administração tem a discricionariedade de postergar a progressão funcional do servidor, mesmo após o cumprimento de todos os critérios necessários.

26) Com base na Lei nº 5.247 de 26 de julho de 1991, que estabelece o regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, analise as seguintes afirmações sobre os requisitos para ingresso no serviço público e escolha a opção correta:

- A) O requisito de nacionalidade brasileira pode ser dispensado em casos de cargos que não exijam segurança nacional ou representação do Estado.
- B) A idade mínima para ingresso no serviço público é de 16 anos, conforme as normas estabelecidas.
- C) Pessoas portadoras de deficiência têm o direito de inscrição em concursos públicos para cargos cujas atribuições possam ser exercidas por elas, com até 20% das vagas reservadas.
- D) A nomeação para cargos públicos pode ser feita de forma automática, sem a necessidade de ato formal de autoridade competente.
- E) A quitação com as obrigações militares é obrigatória apenas para candidatos do sexo feminino.

27) De acordo com a Lei nº 5.247 de 26 de julho de 1991 que rege o regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, analise as afirmações sobre o exercício e estágio probatório dos servidores e escolha a opção correta:

- A) Um servidor nomeado tem até 15 dias para entrar em exercício após a posse, e o não cumprimento deste prazo resulta na revogação automática do ato de nomeação.
- B) A promoção ou ascensão de um servidor interrompe seu tempo de exercício, sendo necessário iniciar um novo período de avaliação no cargo.
- C) Servidores que são transferidos, removidos ou cedidos para outra localidade têm até 30 dias para entrar em exercício, incluindo o tempo de deslocamento necessário.
- D) O estágio probatório para novos servidores tem duração de 36 meses, durante os quais são avaliados critérios como assiduidade, disciplina e capacidade de iniciativa.
- E) Durante o estágio probatório, não é necessário realizar avaliações formais de desempenho do servidor.

28) Baseando-se nas normativas da Lei nº 5.247 de 26 de julho de 1991, que regulamenta os direitos e deveres dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, assinale a alternativa correta:

- A) A servidora gestante ou lactante pode optar por continuar em operações ou locais penosos, insalubres ou perigosos, se assim desejar.
- B) O adicional por serviço extraordinário é calculado com um acréscimo de 25% sobre a hora normal de trabalho.
- C) O serviço noturno é remunerado com acréscimo de 50% sobre a hora normal e cada hora noturna é considerada como 60 minutos.

- D) O adicional de férias é pago automaticamente ao servidor e corresponde a 1/3 da remuneração do período de férias, incluindo vantagens de função de direção, chefia ou assessoramento, se aplicável.
- E) Os servidores expostos a radiação ionizante são submetidos a exames médicos anuais para controle de saúde.

29) De acordo com as disposições da Constituição do Estado de Alagoas, sobre a organização político-administrativa dos Municípios e a estrutura da Câmara Municipal, identifique a alternativa correta:

- A) A Lei Orgânica é aprovada pela Câmara Municipal sem a necessidade de observância de prazos específicos entre as votações.
- B) É permitido estabelecer despesas com pessoal sem respeitar os limites impostos por lei complementar federal.
- C) A criação de cargos públicos e a majoração de vencimentos não precisam de dotação orçamentária suficiente para sua execução.
- D) O número máximo de vereadores em um município com população de três milhões de habitantes é de quarenta e um.
- E) Vereadores podem ser eleitos antes de atingirem a maioria, desde que estejam no exercício dos direitos políticos.

30) Considerando as disposições da Constituição do Estado de Alagoas sobre o Ministério Público, qual das seguintes afirmações é correta?

- A) O Ministério Público não possui autonomia administrativa, dependendo do Poder Executivo para a gestão de seus recursos.
- B) Os membros do Ministério Público não têm garantias de independência funcional, pois são subordinados diretamente à Assembleia Legislativa.
- C) A nomeação do Procurador Geral de Justiça, após a escolha em lista tríplice pela eleição do Colégio de Procuradores, depende da aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa.
- D) A Assembleia Legislativa tem poderes para alterar a lista tríplice enviada pelo Colégio de Procuradores para a escolha do Procurador Geral de Justiça.
- E) O Procurador Geral de Justiça pode ser nomeado sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Legislativa se o Governador do Estado não agir dentro de quinze dias úteis após o recebimento da lista tríplice.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31) Com relação aos princípios da Administração Pública,

- A) o rol dos princípios da Administração Pública elencados na Constituição Federal é exaustivo.
- B) os Poderes Legislativo e Judiciário não estão sujeitos aos princípios da Administração Pública no exercício de suas funções típicas ou atípicas.
- C) o princípio da eficiência não constava da redação original da Constituição Federal, sendo posteriormente

incluído por meio de uma emenda, quase dez anos após a sua promulgação.

D) os princípios da Administração Pública se aplicam somente à administração direta, não se aplicando às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

E) a obrigação do poder público de disponibilizar para a sociedade a remuneração dos servidores públicos está relacionada ao princípio da eficiência.

32) A desconcentração administrativa, com a criação de órgãos públicos, mais especificamente para ampliação do número de secretarias de estado,

A) demanda prévia autorização legislativa, tal como ocorre para a criação de autarquias e empresas públicas.

B) ocorre em caráter normativo suplementar, mediante delegação legislativa para o Chefe do Executivo.

C) insere-se na competência exclusiva do Chefe do Executivo, para disciplinar a matéria mediante decreto.

D) embora não envolva a criação de uma nova pessoa jurídica, constitui matéria de reserva de lei em sentido formal.

E) constitui matéria de organização administrativa, podendo ser manejada por ato infralegal, assim como a descentralização.

33) A permissão é considerada ato

A) unilateral, discricionário, pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público.

B) unilateral, vinculado, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.

C) bilateral, discricionário, usado para reconhecer ao particular o direito à prestação de um serviço público.

D) unilateral, vinculado, voltado ao uso de bem público ou à prestação de serviço público.

E) bilateral, discricionário, que faculta a quem preenche os requisitos legais o exercício de uma atividade.

34) Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade são atributos do poder

A) regulamentar.

B) normativo.

C) de polícia.

D) hierárquico.

E) disciplinar.

35) O procedimento de manifestação de interesse, na forma disciplinada pela Lei nº 14.133/2021,

A) pode ser utilizado em substituição à modalidade licitatória aplicável, quando seja mais vantajoso realizar mais de uma contratação simultânea para o mesmo objeto.

B) é iniciado com a publicação de edital de chamamento público e a aceitação dos produtos ou serviços realizados não implica, por si só, direito a ressarcimento.

C) constitui etapa preparatória obrigatória na licitação sob a modalidade diálogo competitivo, antecedente à apresentação das soluções técnicas demandadas.

D) é procedimento auxiliar para adoção da sistemática de credenciamento, no qual são apresentados os documentos comprobatórios da qualificação técnica.

E) integra o procedimento de chamamento público, conferindo ao interessado pré-qualificado o direito subjetivo à contratação ou ao ressarcimento dos custos incorridos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

36) Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios:

A) prevalência dos direitos humanos, concessão de asilo político e independência nacional.

B) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, solução pacífica ou não dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

C) prevalência dos direitos humanos, intervenção e igualdade entre os Estados.

D) repúdio ao terrorismo e ao racismo, não concessão de asilo político e defesa da paz.

E) defesa da paz, intervenção e igualdade entre os Estados.

37) Ao disciplinar as formas de aquisição e perda da nacionalidade brasileira, a Constituição Federal estabelece que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que

A) fizer pedido expresso de perda de sua nacionalidade perante autoridade judiciária competente, renúncia essa que impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, ressalvada situação que acarrete apatridia.

B) adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

C) fizer pedido expresso de perda de sua nacionalidade perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia, renúncia essa que, no entanto, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

D) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

E) tiver cancelada sua naturalização, por decisão da autoridade administrativa competente, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

38) Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da

Magistratura, observado, dentre outros, o seguinte princípio:

- A) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão sigilosa, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- B) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração, atos de mero expediente e decisões interlocutórias.
- C) a distribuição de processos será imediata tão somente no primeiro grau de jurisdição.
- D) nos tribunais com número superior a 25 julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- E) previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa facultativa do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.

39) Lineu é juiz federal titular de vara de competência mista e deve decidir acerca da sua competência com relação a três processos que lhe foram distribuídos: o primeiro trata de causa de ação referente a acidente de trabalho, na qual entidade autárquica Federal (INSS) figura como ré; o segundo se refere a causa entre Estado estrangeiro e município; e o terceiro versa sobre crime contra a organização do trabalho. Com base na Constituição Federal, Lineu deve dar-se por

- A) incompetente para processar e julgar a primeira causa e competente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- B) competente para processar e julgar a primeira causa e incompetente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- C) competente para processar e julgar as três causas.
- D) incompetente para processar e julgar as três causas.
- E) competente para processar e julgar a primeira e a segunda causas e incompetente para processar e julgar a terceira causa.

40) Um dos princípios gerais da atividade econômica é

- A) a descentralização.
- B) a proteção à maternidade.
- C) o pluralismo de ideias.
- D) a função social da propriedade.
- E) a participação da comunidade.

DIREITO CIVIL

41) Anacleto tem 17 anos, é viciado em tóxicos e, por deficiência mental permanente, não exprime sua vontade de forma clara e inteligível. Anacleto é

- A) relativamente incapaz em relação à idade e ao vício em tóxicos; absolutamente incapaz em relação à deficiência mental permanente.
- B) relativamente incapaz em relação a todas as situações indicadas.
- C) pelas circunstâncias, absolutamente incapaz em relação a todas as situações narradas.
- D) relativamente incapaz em relação à idade; absolutamente incapaz em relação ao vício em tóxicos e à deficiência mental permanente.
- E) relativamente incapaz em relação à idade e à deficiência mental permanente; capaz plenamente quanto ao vício em tóxicos, que representa somente um problema de saúde pública.

42) Em relação às pessoas jurídicas, é certo que

- A) começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades, mesmo que ainda não inscrito seu ato constitutivo no respectivo registro.
- B) obrigam a pessoa jurídica os atos dos seus administradores, exercidos ou não nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- C) se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício, nomear-lhe-á outro administrador.
- D) nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua; encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.
- E) a proteção dos direitos da personalidade é exclusiva às pessoas físicas, com exceção somente da proteção à marca empresarial.

43) Deise sofreu grave acidente de carro e, em razão disso, precisou de uma cirurgia de urgência em hospital próximo ao local do sinistro. Por exigência do estabelecimento hospitalar, sua genitora Cláudia emitiu um cheque de setenta mil reais em favor daquele. Dias após a conclusão do procedimento, ela constatou que a quantia comumente cobrada para tal cirurgia era de cinco mil reais. Com isso, Cláudia procurou a Defensoria Pública da Paraíba, a fim de evitar a cobrança do referido título de crédito. Diante desta situação, é possível ingressar com ação judicial, para requerer a

- A) anulação do negócio jurídico no prazo de 5 anos, a contar do dia em que este se realizou, com a alegação de vício do consentimento consistente em lesão.
- B) declaração de nulidade do negócio jurídico no prazo de 3 anos, a contar do dia em que se constatou a excessividade do valor cobrado pela cirurgia, com a alegação de vício do consentimento consistente em estado de perigo.
- C) anulação do negócio jurídico no prazo de 4 anos, a contar do dia em que este se realizou, com a alegação de vício do consentimento consistente em estado de perigo.
- D) declaração de nulidade do negócio jurídico no prazo de 10 anos, a contar do dia em que este se realizou,

com a alegação de vício do consentimento consistente em lesão.

E) declaração de nulidade do negócio jurídico, a qualquer tempo, em virtude da incapacidade civil de Deise no momento da cirurgia.

44) Carlos vendeu um cavalo a Cláudio, por R\$ 1.000,00. Antes da entrega, porém, o cavalo faleceu de causas naturais, sem que Carlos tenha tido culpa. Com a morte do cavalo, sem culpa de Carlos, a obrigação.

A) resolve-se para ambas as partes, tendo Carlos direito a perdas e danos.

B) resolve-se para Carlos, devendo Cláudio pagar o preço, de R\$ 1.000,00, porém não perdas e danos.

C) não se resolve para nenhuma das partes, devendo Carlos entregar cavalo de características semelhantes a Cláudio, enquanto este deverá pagar o preço, de R\$ 1.000,00.

D) resolve-se para ambas as partes, tendo Cláudio direito a perdas e danos.

E) resolve-se para ambas as partes, sem direito a perdas e danos.

45) De acordo com o Código Civil, o credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a

A) esperar o tempo que faltava para o vencimento e a pagar as custas em dobro, mas, mesmo tendo agido de má-fé, não precisará descontar os juros correspondentes que tenham sido estipulados.

B) pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, independentemente de ter agido ou não de má-fé.

C) pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, caso tenha agido de má-fé.

D) pagar ao devedor a metade do que houver cobrado, salvo se tiver agido de boa-fé.

E) esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46) Os recursos

A) impedem, via de regra, a eficácia da decisão, além de interromperem o prazo para interposição de outros recursos.

B) podem ser interpostos pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.

C) impedem, via de regra, a eficácia da decisão, apesar de não interromperem o prazo para interposição de outros recursos.

D) não poderão ser interpostos sem anuência de todos os litisconsortes.

E) poderão ser interpostos contra os despachos, decisões interlocutórias e sentenças.

47) A execução

A) implica imediata inclusão do devedor em cadastro de inadimplentes, que só será baixada com o trânsito

em julgado da decisão que extinguir o processo executivo.

B) deve ser proposta necessariamente no domicílio do exequente.

C) deve estar fundada em título executivo, assim entendido qualquer documento escrito que haja sido produzido pelo credor.

D) não pode ser ajuizada contra o espólio, que não possui personalidade jurídica.

E) poderá ser instaurada se o devedor não satisfizer obrigação certa, líquida e exigível consubstanciada em título executivo, ainda que a obtenção do montante exequendo dependa de simples operações aritméticas.

48) A tutela de evidência será concedida quando

A) houver, independentemente da matéria de fato, houver enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

B) ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

C) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, independentemente do conteúdo da manifestação do réu.

D) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

E) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

49) A reconvenção

A) só pode ser proposta contra o autor.

B) não necessita conter valor à causa.

C) pode ser proposta independentemente da contestação.

D) segue a sorte da ação, não podendo ser analisada se houver desistência, pelo autor.

E) deve ser respondida pela parte contrária no prazo de 5 dias, contado da juntada da reconvenção aos autos digitais.

50) Em relação à forma, ao tempo e ao lugar dos atos processuais, considere:

I. Em regra, os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei não a exigir, considerando-se válidos os atos realizados com essa obediência formal.

II. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

III. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem

imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais, inclusive no tocante à desistência da ação.

IV. Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.

V. Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo, ou, excepcionalmente, em outro lugar, em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

Está correto o que consta APENAS em

- A) II, IV e V.
- B) II, III e V.
- C) I, III e IV.
- D) I, II e III.
- E) III, IV e V.

DIREITO PENAL

51) Rafael, primário, foi preso em flagrante delito após tentar subtrair poucos bens de uma rede de Supermercados. Avaliados, os bens totalizaram R\$ 38,00 (trinta e oito reais) e foram integralmente restituídos à vítima. Nesse caso, o Defensor Público fundamentará seu pedido de absolvição por insignificância com base no princípio da

- A) aceitação social.
- B) intervenção mínima.
- C) reserva legal.
- D) isonomia.
- E) ampla defesa.

52) Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar que

- A) o Código Penal adotou o princípio da territorialidade, em relação à aplicação da lei penal no espaço. Tal princípio é absoluto, não admitindo qualquer exceção.
- B) transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo do Conhecimento a aplicação da lei mais benigna.
- C) a lei aplicável para os crimes permanentes será aquela vigente quando se iniciou a conduta criminosa do agente.
- D) quando a abolição criminis se verificar depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, extinguir-se-ão todos os efeitos penais e extrapenais da condenação.
- E) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.

53) A parte geral do Código Penal estabelece:

- A) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos já praticados.

B) Entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

C) O ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio sempre serão puníveis, ainda que o crime sequer tenha sido tentado.

D) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a conclusão do inquérito penal, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um terço até a metade.

E) Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

54) Configura o crime de falsidade ideológica:

A) atribuir-se, ou atribuir a terceiro, falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.

B) falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.

C) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

D) utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público.

E) falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.

55) Um agente público que tenha sido condenado por conduta configurada como abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019, ficará

A) inelegível, pelo dobro do prazo correspondente à pena fixada em condenação transitada em julgado, se prazo maior não estiver previsto na legislação própria.

B) obrigado a participar de programa de reciclagem ou capacitação, adicionalmente ao pagamento de multa, não se sujeitando a pena restritiva de liberdade.

C) automaticamente inabilitado para o exercício de função pública pelo prazo de 10 anos, admitida a reabilitação, mediante procedimento administrativo, após 5 anos.

D) obrigado a reparar os danos causados pelo crime, em valores a serem liquidados em ação própria, vedado o estabelecimento de montante mínimo na sentença penal.

E) sujeito à perda do cargo, na hipótese de ser reincidente em crime de abuso de autoridade e desde que tal efeito seja atribuído de forma motivada na sentença condenatória.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

56) Nos delitos de ação penal pública condicionada

- A) a denúncia será promovida pelo Ministério Público ou mediante queixa do ofendido.
B) o ofendido poderá se retratar da representação, desde que o faça a qualquer tempo antes da sentença.
C) a denúncia poderá ser oferecida pelo Ministério Público sem a instauração do inquérito policial, se a representação trazer elementos suficientes à ação penal.
D) o direito de representação poderá ser exercido pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, desde que haja declaração escrita do ofendido.
E) o direito de representação será extinto em caso de morte do ofendido.

57) De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal acerca da competência, considere:

I. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

II. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

III. Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.

IV. Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da Capital da República.

V. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, ainda que haja concurso entre a jurisdição comum e a militar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) II, III e IV.
B) II, IV e V.
C) I, III, IV e V.
D) I, IV e V.
E) I, II e III.

58) Aparecida foi presa em flagrante, acusada de ter praticado o crime de lesão corporal, após entrar em uma luta corporal, saindo da academia. A respeito da prova pericial, o Código de Processo Penal dispõe que, no caso de infração que tenha deixado vestígios,

- A) o juiz decidirá, fundamentadamente, se será indispensável ou não o exame de corpo de delito.

- B) será indispensável a realização de exame de corpo de delito, ainda que seja indireto, podendo deixar de realizá-lo quando houver confissão da acusada.
C) será dispensável o exame de corpo de delito, conforme livre convencimento motivado do juiz.
D) será indispensável a realização de exame de corpo de delito, ainda que seja indireto, não podendo deixar de realizá-lo somente por conta da confissão da acusada.
E) poderá ser dispensada a realização do exame de corpo de delito se tiver concordância entre as partes.

59) Acerca das nulidades e dos recursos em geral, o Código de Processo Penal estabelece:

- A) Caberá apelação no prazo de 5 dias da decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.
B) Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 5 dias contados da sua publicação, quando houver na sentença dúvida, contradição ou omissão.
C) A incompetência do juízo anula todos os atos do processo, decisórios ou não, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
D) É caso de nulidade a falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública.
E) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor, e será admitido recurso da parte que não tenha interesse na reforma ou modificação da decisão.

60) Para efeito da Lei nº 9.099/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a

- A) 2 anos, somente se não cumulada com multa.
B) 3 anos, cumulada ou não com multa.
C) 4 anos, cumulada ou não com multa.
D) 4 anos, somente se não cumulada com multa.
E) 2 anos, cumulada ou não com multa.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Comentários e Gabaritos

PORTUGUÊS

01) Texto 1

Quando me separei, deixei a beira-mar e voltei a morar num topo de ladeira, quase no mesmo endereço que dividi anos atrás com a minha primeira mulher. Ela ainda mora naquele prédio de pasfilhas, quatro abaixo do meu, e já deve ter me visto passar sob a sua janela. Talvez pense que ensaio uma reconciliação, embora esfieja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas*, sobretudo nos dias em que sento para escrever e me sinto amarrado, com a vista saturada de letras. Desço à rua sempre que as letras endurecem no papel, comprimidas entre si como as pequenas pedras em preto e branco do calçamento que piso. Pouco a pouco meus olhos se deixam levar por um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos. Mais adiante já não vejo mais que cores, arestas, vultos, halos, e ideias solias me vêm à cabeça, esta boa, esta má, e toca a subir e descer a ladeira debaixo de sol ou chuva, pensando alto, discutindo comigo mesmo, com aqueles tiques e gestos falhos de que fala o poeta, aquelas caretas que fazem os porteiros abanar a cabeça: aê, o esquisitão voltou.

(Adaptado de: BUARQUE, Chico. Essa gente. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, edição eletrônica)

* peripatético: que é exagerado na expressão e nos gestos.

Desço à rua sempre que as letras endurecem no papel, comprimidas entre si como as pequenas pedras em preto e branco do calçamento que piso.

No contexto em que se encontra, o pronome “si” sublinhado acima

- A) indica indeterminação do sujeito.
- B) realça o sentido reflexivo.
- C) reflete o sujeito da oração.
- D) expressa mudança de estado.
- E) indica reciprocidade.

Comentário:

No trecho "comprimidas entre si", a expressão "entre si" efetivamente se refere a uma ação mútua entre as letras, indicando que as letras são comprimidas umas contra as outras, ou seja, reciprocamente. Portanto, o pronome "si" nesse contexto é usado para expressar uma ação que envolve múltiplas partes do sujeito agindo umas sobre as outras, caracterizando reciprocidade.

Gabarito: Letra E.

02) As vírgulas separam termos de uma enumeração no seguinte segmento:

- A) embora esteja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas, sobretudo nos dias em que sento para escrever e me sinto amarrado, com a vista saturada de letras.
- B) Ela ainda mora naquele prédio de pastilhas, quatro abaixo do meu, e já deve ter me visto passar sob a sua janela.
- C) Quando me separei, deixei a beira-mar e voltei a morar num topo de ladeira, quase no mesmo endereço.
- D) Pouco a pouco meus olhos se deixam levar por um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos.
- E) discutindo comigo mesmo, com aqueles tiques e gestos falhos de que fala o poeta .

Comentário:

Uso da Vírgula para Enumerar Termos repetitivos ou de mesma função sintática

Exemplos

Ex.: José vendeu **banana, uva, pera, maçã** e ata.

Vírgula Enumerativa - O.D

Ex.: José precisa **de banana, de uva, de pera, de maçã** e **de** ata.

Vírgula Enumerativa - O.I

Obs.: Na troca do conectivo “e” por vírgula, passa a figurar que outros termos não foram mencionados.

José vendeu **banana, uva, pera, maçã e ata. (Fim da enumeração)**

José vendeu **banana, uva, pera, maçã, ata. (Existem outros itens que não foram numerados)**

Letra D: Pouco a pouco meus olhos se deixam levar por **um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos.**

Gabarito: Letra D.

03) No trecho, o narrador relata que sua atitude, durante a caminhada,

- A) provoca a inveja de outros escritores
- B) desperta o ciúme da ex-mulher.
- C) intriga os alunos de uma escola do bairro.
- D) incomoda os moradores do prédio em que mora.
- E) causa estranheza a pessoas que o veem passar.

Comentário:

A alternativa correta é E) causa estranheza a pessoas que o veem passar.

No texto, o narrador descreve como sua forma de caminhar e comportar-se durante suas caminhadas peripatéticas chama a atenção das pessoas ao redor. Ele menciona explicitamente que os porteiros "abanam a cabeça" e o chamam de "esquisitão", indicando claramente que sua presença e seus gestos causam estranheza às pessoas que o observam passar. Não há menção de inveja, ciúme, ou intrigas específicas, mas sim uma reação geral de estranhamento por parte dos observadores.

Gabarito: Letra E.

04) Talvez pense que ensaio uma reconciliação, embora esteja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas. No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de

- A) concessão.
- B) causa.
- C) consequência.
- D) condição.
- E) comparação.

Comentário:

Orações Subordinadas Adverbiais Concessivas	<p>O sentido da oração subordinada se opõe ao da oração principal.</p> <p>Conectivos: embora, a menos que, se bem que, ainda que, conquanto que, posto que, apesar de, não obstante.</p>	<p>Ex.: Posto que estivesse doente, José foi à praia. O.S.A.Concessiva + O. Principal.</p> <p>Ex.: Embora eu falasse Inglês, ela não entendia. O.S.A.Concessiva + O. Principal</p>
--	---	--

Gabarito: Letra A.

05) Do início da Segunda Revolução Industrial até hoje, a temperatura média do planeta subiu cerca de 1,1 grau Celsius (°C).

O elemento que exerce, no contexto em que se encontra, a mesma função sintática que o sublinhado na frase acima está também sublinhado em:

- A) um padrão de habitação e ocupação do solo provavelmente inédito na história da humanidade.
- B) Hoje, as ilhas de calor se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.
- C) A emissão de gases de efeito estufa é o principal motivo que toma o clima na Terra progressivamente mais quente a partir de meados do século XIX.
- D) No plano local, o estilo de vida urbano adotado atualmente pela maior parte da população global! potencializa ainda mais o calor de fundo criado pelas mudanças climáticas.
- E) Com menos áreas verdes, mais concreto e asfalto e ocupação geralmente desordenada do solo, as cidades são mais abafadas.

Comentário:

Do início da Segunda Revolução Industrial até hoje, **a temperatura média do planeta** subiu cerca de 1,1 grau Celsius (°C).

O que subiu cerca de 1,1°?

Sujeito: A temperatura média do planeta.

Hoje, as ilhas de calor se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.
Sujeito

Gabarito: Letra B.

06) Texto 02

A emissão de gases de efeito estufa é o principal motivo que torna o clima na Terra progressivamente mais quente a partir de meados do século x 1x. Do início da Segunda Revolução Industrial até hoje, a temperatura média do planeta subiu cerca de 1,1 grau Celsius (°C). No plano local, o estilo de vida urbano adotado atualmente pela maior parte da população global potencializa ainda mais o calor de fundo criado pelas mudanças climáticas. Desde 2007, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), mais pessoas vivem em cidades do que no campo, um padrão de habitação e ocupação do solo provavelmente inédito na história da humanidade. Hoje, mais de 55% dos & bilhões de habitantes do planeta moram em centros urbanos. Em muitos países, esse percentual é bem maior e, no Brasil, chega a 88%.

Com menos áreas verdes, mais concreto e asfalto e ocupação geralmente desordenada do solo, as cidades são mais abafadas do que as áreas rurais. Dentro do meio urbano, as zonas com menos árvores e vegetação são ainda mais quentes e formam bolsões de clima abafado. Esse efeito é denominado ilha de calor urbana. Até poucos anos atrás, ele era mais sentido e estudado em grandes cidades, com milhões de habitantes, como São Paulo, Rio de Janeiro ou qualquer outra grande metrópole. Hoje, as ilhas de calor se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.

(PIVETTA, Marcos. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br>)

A redação em que se mantém a correção e a relação lógica entre as ideias expostas no texto está em:

- A) Não obstante, mais sentido e estudado, há poucos anos, em metrópoles com milhões de habitantes, hoje as ilhas de calor se manifestam das menores às maiores cidades.
- B) Desde meados do século XIX, conforme aumentam a emissão de gases de efeito estufa, o clima na Terra tornou-se cada vez mais quente.
- C) Embora tenha menos áreas verdes do que concreto e asfalto, as cidades são mais abafadas do que as áreas rurais.
- D) A ocupação desordenada do solo contribui para a formação de ilhas de calor urbanas. cujos bolsões de clima abafado, contudo, deixariam ainda mais quentes as zonas com menos árvores e vegetação.
- E) Com base nos dados disponíveis, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que, desde 2007, mais pessoas vivam em cidades do que no campo.

Comentário:

A redação que mantém a correção e a relação lógica entre as ideias expostas no texto é a alternativa E) "Com base nos dados disponíveis, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que, desde 2007, mais pessoas vivam em cidades do que no campo."

Esta alternativa preserva a informação apresentada no texto original sobre as estimativas da ONU, mantendo a mesma relação lógica sobre o padrão de habitação e ocupação do solo que tem contribuído para o efeito da ilha de calor urbana. As outras alternativas, ou alteram a relação lógica ou introduzem elementos que não estão de acordo com as informações ou o estilo do texto original.

Gabarito: Letra E.

07) Texto 03

[A mulher] trouxe uma fotografia em preto e branco: Yagub e minha mãe juntos, numa canoa, em frente da palafita, o Bar da Margem, Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz. Depois falou que morava muito longe, em São Paulo, fazia anos que não visitava a cidade. A mulher quis puxar conversa, mas Yaquhb quase não falou, sua alegria foi se apagando, o rosto ficou sério. Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu: talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem. Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que nunca ia se esquecer do dia em que saiu de Manaus e foi para o Libano. Tinha sido horrível. "Fui obrigado a me separar de todos, de tudo... não queria."

A dor dele parecia mais forte que a emoção do reencontro com o mundo da infância. Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante, onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros. A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida. Eu via o rosto sério de Yaquub, e imaginei o que teria lhe acontecido durante o tempo em que viveu numa aldeia do sul do Libano. Talvez nada, talvez nenhuma torpeza ou agressão tivesse sido tão violenta quanto a brusca separação de Yaquub do seu mundo. Seu entusiasmo para redescobrir certas pessoas, paisagens, cheiros e sabores era logo sufocado pela lembrança dessa ruptura.

(Adaptado de: HATOUM, Milton. Dois irmãos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, edição eletrônica)

e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante. onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima está sublinhado em:

- A) A mulher quis puxar conversa, mas Yaquub quase não falou
- B) Eu via rosto sério de Yagub,
- C) [A mulher] trouxe uma fotografia em preto e branco:
- D) talvez nenhuma torpeza ou agressão tivesse sido tão violenta
- E) onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros.

Comentário:

e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante. onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros.
Pret. + que Perfeito do Subjuntivo

- A) A mulher quis puxar conversa, mas Yaquub quase não falou (**Pretérito Perfeito do Indicativo**)
- B) Eu via rosto sério de Yagub, (**Pretérito Imperfeito do Indicativo**)
- C) [A mulher] trouxe uma fotografia em preto e branco: (**Pretérito Perfeito do Indicativo**)
- D) talvez nenhuma torpeza ou agressão tivesse sido tão violenta (**Pret. + que Perfeito do Subjuntivo**)
- E) onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros. (**Pretérito Imperfeito do Indicativo**)

Gabarito: Letra D.

08)

a mulher lhe ofereceu a foto (1º parágrafo)

Ele olhou a imagem, & procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz (1º parágrafo)

imaginei o que feria lhe acontecido durante o tempo em que viveu numa aldeia do sul do Líbano (2º parágrafo)

Os elementos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

- A) foto — olhos - aldeia
- B) mulher — olhos — Yaqub
- C) “Yaqub — lugar — tempo
- D) mulher - lugar - tempo
- E) Yaqub — imagem — aldeia

Comentário:

No primeiro parágrafo: "a mulher lhe ofereceu a foto", o pronome "lhe" refere-se a "Yaqub", pois é ele quem recebe a foto da mulher.

O termo “que”, na segunda frase, refere-se a lugar.

O termo “que”, na terceira frase, refere-se ao tempo.

Gabarito: Letra C.

09) O verbo sublinhado que expressa uma ação contínua está em:

- A) Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoieiro contornasse a Cidade Flutuante.
- B) A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida.
- C) Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu: talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem.
- D) Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz.
- E) A mulher quis puxar conversa, mas Yaqub quase não falou,

Comentário:

O verbo sublinhado que expressa uma ação contínua é "escurecia" na opção B) "A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida."

O uso do verbo no imperfeito do indicativo "escurecia" denota uma ação que estava em progresso ou acontecendo de forma contínua no passado, no contexto da narrativa.

Gabarito: Letra B.

10) Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que [...] (1º parágrafo)

Considerada no contexto, a oração reduzida de gerúndio sublinhada acima, se for desenvolvida, assumirá a seguinte redação:

- A) até que remasse para o pequeno porto.
- B) porque remava para o pequeno porto.
- C) desde que remasse para o pequeno porto.
- D) enquanto remava para o pequeno porto.
- E) quando remara para o pequeno porto.

Comentário:

A oração reduzida de gerúndio "remando para o pequeno porto" indica uma ação que está ocorrendo ao mesmo tempo que a ação principal ("ele me disse que [...]"). Quando desenvolvida, ela mantém essa ideia de simultaneidade.

Portanto, a redação desenvolvida que preserva o sentido original da oração reduzida seria: D) "enquanto remava para o pequeno porto".

Gabarito: Letra D.

11) *Seu entusiasmo [...] era logo sufocado pela lembrança dessa ruptura.*

Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal resultante será:

- A) sufocava.
- B) sufocou.
- C) havia sufocado.
- D) sufocaram.
- E) tinham sufocado.

Comentário:

Voz Ativa	
O sujeito pratica a ação , sendo o agente .	
Suj. VTD OD Ex: O bombeiro salvou os cachorros. Agente	
Voz Passiva	
O sujeito sofre a ação , sendo paciente .	
Voz Passiva Analítica – VPA Formação: Verbo Ser + Particípio.	Voz Passiva Sintética - VPS Formação: Verbo Transitivo Direto + SE .
Suj. Paciente Agente da Passiva Ex: José foi derrubado por Antônio . Ser + Particípio	O “se” é Pronome Apassivador (PA) e não existe Objeto Direto , mas sim Sujeito Paciente . VTD + SE Suj. Paciente Ex: Derrubou-se José. PA
Transformando Voz Ativa em Voz Passiva Analítica	
1º Passo: Identifique o tempo e modo verbal apresentado na voz ativa .	
Harold Bloom descreve as razões que marcam a relação entre escritores de diferentes gerações.	
Sujeito: Harold Bloom. Verbo: descreve. (Presente do Ind. – 3º Pessoa) OD: as razões que marcam a relação entre escritores de diferentes gerações	
2º Passo: A voz passiva analítica é formada pelo verbo SER + Particípio. O verbo SER deve ficar no mesmo Tempo e modo verbal que o verbo da Voz Ativa, variando apenas a pessoa. Descreve = são descritas.	
3º Passo: O Complemento Verbal da Voz Ativa se torna sujeito paciente na voz passiva analítica e o sujeito da voz ativa se torna agente da passiva. As razões que marcam a relação entre escritores de diferentes gerações são descritas por Harold Bloom. Sujeito Paciente: As razões que marcam a relação entre escritores de diferentes SER + Particípio: são descritas.	

14) Do ponto de vista do narrador, causou uma “ruptura” na vida do personagem Yaqub

- A) a volta para Manaus.
- B) a ida para o Líbano.
- C) a descoberta de uma foto antiga.
- D) o reencontro com Domingas.
- E) a estadia em São Paulo.

Comentário:

A alternativa que representa a "ruptura" na vida do personagem Yaqub, conforme a percepção do narrador, é:

B) a ida para o Líbano.

No texto, o narrador menciona que Yaqub disse que "nunca ia se esquecer do dia em que saiu de Manaus e foi para o Líbano" e que isso havia sido horrível, demonstrando que a ida para o Líbano foi um momento de grande dificuldade e marcante o suficiente para ser descrito como uma "ruptura" em sua vida.

Gabarito: Letra B.

15) Texto 04

1. Os paroquianos estranharam que, apesar de tão moço, o vigário novo fosse a tal ponto reservado, só falando o indispensável, sempre com a batina lambuzada de terra ou de tinta, às voltas com os reparos materiais da igreja. Com o tempo, acreditou-se, o sacerdote se faria amigo pelo menos das pessoas mais importantes do lugar, o prefeito, o presidente da Câmara, os representantes da Justiça, o médico, dois ou três fazendeiros, o farmacêutico. Na porta do estabelecimento deste último é que se discutia a personalidade do vigário, formando-se um grupo contra e outro a favor.

2. - Parece que ele até faz pouco-caso da gente.

3. - Nunca vi um sujeito de cara tão amarrada.

4. Os simpatizantes pegavam pelo aspecto mais evidente do padre.

5. - Mas que homem danado de trabalhador!

6. E o padre, sem dar mostras de perceber o pasmo da cidade, sempre com suas ferramentas, ativo e suarento. Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. Ele procurara o prefeito e os vereadores para pleitear um cemitério novo, o velho, nos fundos da casa paroquial, estava mesmo impraticável. Foi um alívio. Enfim, o padre tomara uma atitude perfeitamente normal, uma atitude que o incorporava à comunidade.

7. - Eu não dizia - exclamava o farmacêutico -, eu apostava que o homem quer o trabalhar por nós. Francamente, este cemitério é indigno do progresso da cidade. A gente aqui nem pode morrer por falta de lugar.

8. Com o entusiasmo, a Câmara votou uma verba especial para a aquisição de um terreno e benfeitorias adequadas. E não demorou que o novo campo-santo, depois de abençoado, fosse inaugurado com um discurso, no qual o prefeito apelava para os céus: aprovesse a Deus que jamais um corpo inânime viesse a transpor os umbrais daquela necrópole. Seis dias depois, entretanto, um corpo inânime transpunha os umbrais daquela necrópole: Deus, de repente, chamara o farmacêutico.

9. O vigário, realizada a sua única aspiração, passou a desaparecer por longas horas do dia; fora dos ofícios religiosos, raramente era visto, inquietando ainda mais os habitantes. Uma tarde, a bomba estourou: a viúva do coronel Inácio, inda levar flores à campa do falecido, no velho cemitério, descobrira a verdade macabra, a paisagem inacreditável: o antigo cemitério da cidade transformara-se escandalosamente numa horta. O estupor e a revolta não tiveram limites. Depois de muitos debates, uma comissão foi encarregada de levar ao vigário um pedido enérgico: aquilo não podia continuar, ali repousavam os entes queridos de todas as famílias da cidade: e estas esperavam que o senhor vigário arrancasse sem mais demora todos os pés de hortaliças. O vigário respondeu que não via matéria de escândalo, citou um versículo do Antigo Testamento e despediu a todos com impaciência.

10. Foi aí que os homens válidos, pedindo a compreensão de Deus, resolveram invadir o cemitério, munidos de enxadas, facas e varapaus, para acabar com a horta que já não deixava ninguém dormir em paz, nem os mortos, nem os vivos. Pois, quando se aproximaram do cemitério, foram barrados pelo cano da espingarda do vigário: ali ninguém entrava vive. Os homens voltaram desapontados e tornaram a discutir o impasse. Alguém então teve a ideia de se levar uma denúncia ao bispo da diocese. Uma semana depois, o padre embarcava numa jardineira com a mala, a espingarda e a cara amarrada. A população toda, depois de decidir que as hortaliças seriam destruídas, e não doadas aos pobres, entrou com o máximo respeito no velho cemitério e devastou a bela plantação.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. Balé do pato e outras crônicas. São Paulo: Ática, 2012)

Em *O vigário*, realizada a sua única aspiração, passou a desaparecer por longas horas do dia, a oração sublinhada expressa ideia de

- A) tempo.
- B) proporção.
- C) concessão.
- D) condição.
- E) finalidade.

Comentário:

O vigário, (**Quando, logo que...**) realizada a sua única aspiração, passou a desaparecer por longas horas do dia,

Orações Subordinadas Adverbiais Temporais	Conectivos: quando, enquanto, logo que, assim que, depois que, antes que, desde que, desde que, sempre que, mal (assim que). Obs.: “Quando” sendo substituível por “já que” é considerado O.S.A.Causal.	Ex.: <u>Quando</u> cheguei ela estava lá. O.S.A.Temp. + O. Principal
--	--	--

Gabarito: Letra A.

16) Pode ser transposto para a voz passiva o seguinte trecho da crônica:

- A) ali ninguém entrava vivo.
- B) Os homens voltaram desapontados.
- C) Os simpatizantes pegavam pelo aspecto mais evidente do padre.
- D) Deus, de repente, chamara o farmacêutico.
- E) Francamente, este cemitério é digno do progresso da cidade.

Comentário:

Voz: Ativa: Deus, de repente, chamara o farmacêutico.

Suj. VTD OD

Voz Passiva: O farmacêutico **foi chamado**, de repente, por Deus

Transformando Voz Ativa em Voz Passiva Analítica
<p>1º Passo: Identifique o tempo e modo verbal apresentado na voz ativa.</p> <p style="text-align: center;">Harold Bloom descreve as razões que marcam a relação entre escritores de diferentes gerações.</p> <p>Sujeito: Harold Bloom. Verbo: descreve. (Presente do Ind. – 3º Pessoa) OD: as razões que marcam a relação entre escritores de diferentes gerações</p>

<p>2º Passo: A voz passiva analítica é formada pelo verbo SER + Particípio. O verbo SER deve ficar no mesmo Tempo e modo verbal que o verbo da Voz Ativa, variando apenas a pessoa.</p> <p style="text-align: center;">Descreve = são descritas.</p>
<p>3º Passo: O Complemento Verbal da Voz Ativa se torna sujeito paciente na voz passiva analítica e o sujeito da voz ativa se torna agente da passiva.</p> <p style="text-align: center;">As razões que marcam a relação entre escritores de diferentes gerações são descritas por Harold Bloom.</p> <p>Sujeito Paciente: As razões que marcam a relação entre escritores de diferentes SER + Particípio: são descritas.</p> <p>Agente da Passiva: por Harold Bloom.</p>
Observações
<ul style="list-style-type: none">• Na Voz Passiva Sintética o agente da voz ativa desaparece.• Se há PA não há OD, mas sim sujeito paciente.• O verbo deve concordar com o sujeito paciente.

Gabarito: Letra D.

17) *Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. (6º parágrafo)*

No contexto em que se insere, a locução sublinhada introduz uma

- A) objeção.
- B) explicação.
- C) comparação.
- D) conclusão.
- E) consequência.

Comentário:

Conjunções Coordenadas Explicativas	Conjunções com sentido de Explicação: porque; pois (antes do verbo); porquanto; que; já que; visto que; dado que; uma vez que; isto é ; ou seja; na verdade; a saber;	Ex.: Silêncio, pois quero ler. Ex.: Ele não sai porque está doente.
--	---	--

Gabarito: Letra B.

18) *O vigário respondeu que não via matéria de escândalo (9º parágrafo)*

Transpondo o trecho acima para o discurso direto, o verbo da fala do vigário assume a seguinte forma:

- A) veria
- B) viu
- C) vejo
- D) vira
- E) vi

Comentário:

Tipos de Discurso

Direto	Indireto
<ul style="list-style-type: none"> • O narrador reproduz as falas dos personagens exatamente como foram ditas, utilizando aspas ou travessões. • O personagem fala diretamente no texto; • É um texto mais objetivo e que passa uma maior veracidade ao que foi expresso; • O narrador reproduz na íntegra a fala das personagens ou interlocutores; • Narrado em Primeira Pessoa; • Verbos que introduzem as falas diretas das personagens: falar, perguntar, dizer; • O leitor tem acesso direto às palavras e ao tom de voz dos personagens, como se estivesse presente na cena. 	<ul style="list-style-type: none"> • O narrador relata as falas dos personagens de forma indireta, sem utilizar aspas ou travessões. • As palavras dos personagens são incorporadas à narrativa do narrador, que as conta de forma resumida ou reestruturada. • Narrado em Terceira Pessoa; • O narrador funciona como testemunha auditiva e passa para o leitor o que ouviu da personagem.
Exemplo	Exemplo
"Estou muito feliz hoje!", exclamou Maria. Ou João perguntou: "O que você quer comer?".	Maria estava radiante de felicidade, como se dissesse para o mundo que aquele era o seu dia especial. Ou João, curioso, queria saber qual era a preferência de Maria para o jantar.

"O vigário respondeu: Não **vejo** matéria de escândalo"

Gabarito: Letra C.

19) *Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. Ele procurara o prefeito e os vereadores para pleitear um cemitério novo; o velho, nos fundos da casa paroquial, estava mesmo impraticável. (6º parágrafo)*

No trecho acima, o cronista relata uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- A) procurara
- B) pleitear
- C) passaria
- D) deu
- E) iria

Comentário:

Pretérito Mais-que-perfeito do Indicativo
No pretérito mais-que-perfeito, as ações verbais são expressas como acontecimentos finalizados que ocorreram antes de outro evento passado no passado. É usado para indicar uma ação que já havia sido concluída antes de outro evento no passado.
Exemplos
Ex.1: Ele chegara ontem à noite. (Eu chegara, tu chegaras, ele chegara, nós chegáramos, vós chegáreis...)
Ex.2: Ela beijara depois da meia-noite. (Eu beijara, tu beijaras, ele beijara, nós beijáramos, vós beijáreis...)

Gabarito: Letra A.

20) Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

- A) eu apostava que o homem quer é trabalhar por nós.
B) estas esperavam que o senhor vigário arrancasse sem mais demora todos os pés de hortaliças.
C) - Parece que ele até faz pouco-caso da gente.
D) Os paroquianos estranharam que, apesar de tão moço, o vigário novo fosse a tal ponto reservado.
E) o padre tomara uma atitude perfeitamente normal, uma atitude que o incorporava à comunidade.

Comentário:

Letras A/B/C/D: O “que” consiste em uma conjunção integrante.

“Que” como Conjunção Integrante	O “que” pode ser substituído por “Isto” ou “Isso”.	Ex.: Havia dito que iria cantar. isto
--	--	--

Letra E: Correta.

Pronome Relativo “Que”	
O “que” faz referência a um termo anterior, podendo ser substituído por “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”.	
Exemplos	
Encontrei o cachorro que (o qual) mordeu você! Que = Refere-se ao termo anterior “cachorro”.	A caneta que você comprou é bonita Que = Refere-se ao termo anterior “caneta”.

Gabarito: Letra E.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO ESTADO DE ALAGOAS

21) Com base no Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, instituído pela Lei nº 6.564, de 5 de janeiro de 2005, analise as seguintes afirmações e assinale a opção correta:

- A) O Código não permite que membros do Poder Judiciário requisitem o auxílio da força pública para garantir o cumprimento de suas ordens e decisões.
- B) O Poder Judiciário de Alagoas tem competência exclusiva para decidir sobre todas as espécies jurídicas, sem exceções.
- C) Os órgãos jurisdicionais só podem atuar mediante provocação do interessado, exceto em casos expressamente determinados pela lei para atuação de ofício.
- D) É facultativo aos órgãos de prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça de Alagoas seguir a Constituição da República e a Constituição Estadual em suas decisões.
- E) A organização e a disciplina da Carreira da Magistratura não estão incluídas no âmbito deste Código.

Comentário:

Letra A: Errada.

O Artigo 5º do Código explicitamente permite que os membros do Poder Judiciário promovam o concurso da força pública para garantir o cumprimento das ordens que expedirem e das decisões que proferirem, mediante requisição formalizada.

Letra B: Errada.

Embora o Artigo 4º afirme que os órgãos jurisdicionais têm competência exclusiva para conhecer de todas as espécies jurídicas, essa competência está sujeita às limitações constitucionais e legais.

Letra C: Correta.

O Artigo 3º especifica que o Poder Judiciário só intervirá em concreto e mediante provocação do interessado, exceto nos casos em que a lei expressamente determine procedimento de ofício.

Letra D: Errada.

Os órgãos de prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça de Alagoas estão obrigados a seguir a Constituição da República e a Constituição Estadual em suas decisões, conforme estabelecido no Artigo 3º.

Letra E: Errada.

O Artigo 1º, inciso III, do Código inclui explicitamente a organização e a disciplina da Carreira da Magistratura dentro do escopo do Código.

Gabarito: Letra C.

22) Tendo em vista as disposições do Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, Lei nº 6.564, de 5 de janeiro de 2005, sobre os órgãos de direção do Tribunal de Justiça, identifique a afirmação correta:

- A) Os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas podem ser ocupados por qualquer Desembargador, independentemente de sua antiguidade.
- B) O Presidente do Tribunal de Justiça tem um mandato de quatro anos e pode ser reeleito para períodos subsequentes.
- C) Em caso de ausência ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, o Corregedor-Geral assume automaticamente a Presidência do Tribunal de Justiça.
- D) A eleição para os cargos de direção do Tribunal de Justiça ocorre no segundo ano do mandato, e os eleitos tomam posse no décimo dia útil de janeiro do ano seguinte.
- E) O Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça não têm funções específicas atribuídas pela legislação, atuando apenas como substitutos em casos de ausência do Presidente.

Comentário:

Letra A: Errada.

Os cargos de direção (Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral) são ocupados por eleição entre os desembargadores mais antigos e desimpedidos, com mandato de dois anos, proibida a reeleição, conforme estipulado no Artigo 27.

Letra B: Errada.

Os mandatos do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral são de dois anos, e a reeleição é expressamente proibida, de acordo com o Artigo 27.

Letra C: Errada.

Em caso de impedimentos ou ausências do Presidente e do Vice-Presidente, o exercício da Presidência é assumido pelo Desembargador mais antigo, conforme especificado no Artigo 32.

Letra D: Correta.

Conforme o Artigo 31, a eleição dos cargos de direção ocorre simultaneamente no segundo ano do mandato, e os eleitos assumem suas funções no décimo dia útil de janeiro do ano subsequente ao do pleito.

Letra E: Errada.

O Vice-Presidente substitui o Presidente em suas ausências e impedimentos e sucede-o em caso de vacância, enquanto o Corregedor-Geral tem funções específicas de superintendência, orientação técnica, fiscalização e supervisão dos serviços forenses, como estabelecido nos Artigos 29 e 30.

Gabarito: Letra D.

23) Referente ao Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, Lei nº 6.564, de 5 de janeiro de 2005, e os procedimentos para a investidura e posse de Desembargadores, identifique a afirmação correta:

- A) Os Desembargadores do Tribunal de Justiça são exclusivamente provenientes da carreira da Magistratura, sem inclusão de membros do Ministério Público ou Advogados.
- B) O Presidente do Tribunal de Justiça não tem papel na investidura dos Desembargadores, sendo esta uma responsabilidade exclusiva do Governador do Estado.
- C) A nomeação de Desembargadores do Ministério Público ou da Classe dos Advogados ocorre automaticamente, sem a necessidade de formação de lista tríplice pelo Tribunal de Justiça.
- D) A posse de um Desembargador ocorre mediante a apresentação do título de nomeação e a prestação de compromisso perante o Presidente do Tribunal de Justiça, com registro em livro próprio.
- E) Um juiz pode ser recusado para o acesso ao cargo de Desembargador pelo critério de antiguidade com uma simples maioria dos votos dos membros do Tribunal de Justiça.

Comentário:

Letra A: Errada.

Conforme o Artigo 135, os Desembargadores podem ser investidos não só mediante acesso da carreira da magistratura, mas também por nomeação de membros do Ministério Público e Advogados, a partir de uma lista tríplice.

Letra B: Errada.

O Presidente do Tribunal de Justiça desempenha um papel ativo na investidura dos Desembargadores, seja por ato próprio quando o acesso é da carreira da Magistratura ou ao presidir a posse dos nomeados.

Letra C: Errada.

A nomeação de Desembargadores oriundos do Ministério Público ou da classe dos Advogados é precedida pela composição de uma lista tríplice pelo Tribunal de Justiça, conforme estabelecido no Artigo 138.

Letra D: Correta.

O Artigo 139 especifica que a posse de um Desembargador envolve a exibição do título de nomeação legalizado e a prestação de um compromisso perante o Presidente do Tribunal de Justiça, com o termo de posse sendo lavrado em livro próprio.

Letra E: Errada.

O Artigo 136 estabelece que o Tribunal de Justiça pode recusar o Juiz mais antigo para o acesso ao cargo de Desembargador apenas pelo voto de dois terços de seus membros, indicando um processo mais rigoroso do que uma simples maioria.

Gabarito: Letra D.

24) Considerando a Lei nº 7.889 de 16 de junho de 2017, que reestrutura as carreiras dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, analise as afirmações sobre os cargos efetivos da Carreira Judiciária e escolha a opção correta:

- A) A carreira judiciária inclui uma vasta gama de cargos efetivos além de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, como definido na legislação.
- B) Os cargos de Analista Judiciário são restritos à realização de tarefas administrativas gerais, sem envolvimento em atividades que demandem conhecimento jurídico especializado.
- C) Técnicos Judiciários são exclusivamente responsáveis pela execução de mandados judiciais e outras atividades externas.
- D) As carreiras de Analista Judiciário e Técnico Judiciário são estruturadas em Classes e Padrões, com atribuições específicas, incluindo áreas como judiciária, apoio especializado, administrativa e oficial de justiça avaliador.
- E) Apenas Analistas Judiciários podem exercer atividades que requerem registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão ou habilidades específicas.

Comentário:

Letra A: Errada.

De acordo com o Artigo 4º, a carreira judiciária é constituída apenas pelos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, sem mencionar uma gama mais ampla de cargos efetivos.

Letra B: Errada.

Analistas Judiciários realizam uma variedade de tarefas que incluem planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, assessoramento, estudos, pesquisas e outras atividades complexas, conforme descrito no Artigo 6º, e não estão restritos apenas a funções administrativas.

Letra C: Errada.

Técnicos Judiciários estão envolvidos em suporte técnico, judiciário e administrativo em geral, além de apoio especializado. As atribuições relacionadas ao cumprimento de mandados judiciais são especificamente reservadas para os ocupantes dos cargos de Oficial de Justiça e futuros servidores no cargo específico de Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador, conforme o §1º do Artigo 6º.

Letra D: Correta.

Conforme o Artigo 5º, os cargos efetivos da Carreira Judiciária estão estruturados em Classes e Padrões e divididos em várias áreas de atividade, incluindo a judiciária, apoio especializado, administrativa e oficial de justiça avaliador, cada qual com atribuições bem definidas.

Letra E: Errada.

Embora os Analistas Judiciários realizem atividades de planejamento e execução de tarefas complexas, a área de apoio especializado também pode exigir dos Técnicos Judiciários o devido registro profissional ou domínio de habilidades específicas, conforme o Artigo 5º.

Gabarito: Letra D.

25) Com base na Lei nº 7.889 de 16 de junho de 2017, que trata da progressão funcional dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, identifique a afirmação correta sobre os critérios e condições para essa progressão:

- A) A progressão funcional ocorre automaticamente ao final de cada ano, independentemente do desempenho do servidor ou da participação em programas de capacitação.
- B) Para progredir na carreira, o servidor deve ter um histórico de mais de 10 faltas injustificadas no ano e ter sido penalizado por crimes contra a Administração Pública.

C) A progressão funcional depende de avaliação formal de desempenho, frequência e aprovação em cursos de capacitação, cumprimento de interstícios e ausência de penalidades disciplinares ou criminais.

D) Servidores em estágio probatório ou cumprindo suspensão disciplinar são elegíveis para progressão funcional, desde que atendam aos demais requisitos de desempenho e capacitação.

E) A Administração tem a discricionariedade de postergar a progressão funcional do servidor, mesmo após o cumprimento de todos os critérios necessários.

Comentário:

Letra A: Errada.

O Artigo 24 estipula que a progressão funcional não é automática, mas sim sujeita ao cumprimento de interstícios específicos, resultados de avaliação de desempenho e outros critérios definidos na lei.

Letra B: Errada.

O Artigo 25, V, claramente exige que o servidor não registre mais de 10 faltas injustificadas e não tenha sido penalizado por crimes contra a Administração Pública ou por ilícitos administrativos, para estar elegível à progressão funcional.

Letra C: Correta.

Os incisos I a V do Artigo 25 delinham requisitos cumulativos para a progressão funcional, incluindo o cumprimento de interstícios, frequência e aprovação em cursos de capacitação, obtenção de avaliação de desempenho mínima, ausência de hipóteses restritivas como penalidades disciplinares e limitação de faltas injustificadas.

Letra D: Errada.

O Artigo 20, inciso I, e outros incisos especificam claramente que estar em estágio probatório ou sob penalidades disciplinares impede o desenvolvimento funcional, incluindo a progressão.

Letra E: Errada.

O parágrafo único do Artigo 25 estabelece que uma vez cumpridos os requisitos para a progressão, a Administração deve efetivar a progressão imediatamente ao padrão subsequente, não havendo espaço para discricionariedade em postergar essa progressão.

Gabarito: Letra C.

26) Com base na Lei nº 5.247 de 26 de julho de 1991, que estabelece o regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, analise as seguintes afirmações sobre os requisitos para ingresso no serviço público e escolha a opção correta:

A) O requisito de nacionalidade brasileira pode ser dispensado em casos de cargos que não exijam segurança nacional ou representação do Estado.

B) A idade mínima para ingresso no serviço público é de 16 anos, conforme as normas estabelecidas.

C) Pessoas portadoras de deficiência têm o direito de inscrição em concursos públicos para cargos cujas atribuições possam ser exercidas por elas, com até 20% das vagas reservadas.

D) A nomeação para cargos públicos pode ser feita de forma automática, sem a necessidade de ato formal de autoridade competente.

E) A quitação com as obrigações militares é obrigatória apenas para candidatos do sexo feminino.

Comentário:

Letra A: Errada.

A Lei específica que um dos requisitos básicos para o ingresso no serviço público é a nacionalidade brasileira, sem mencionar exceções para cargos que não exijam segurança nacional ou representação do Estado.

Letra B: Errada.

O Artigo 5º, V, claramente estabelece que a idade mínima para ingresso no serviço público é de 18 anos, e não 16 anos.

Letra C: Correta.

O §2º do Artigo 5º assegura às pessoas portadoras de deficiência o direito de inscrição em concursos públicos para provimento de cargos que possam exercer, com até 20% das vagas oferecidas sendo reservadas para elas, o que corresponde ao enunciado.

Letra D: Errada.

O Artigo 6º indica que o provimento inicial dos cargos públicos se completa com a posse, que deve ser precedida por um ato de autoridade competente, demonstrando a necessidade de formalidade na nomeação.

Letra E: Errada.

A quitação com as obrigações militares, como mencionado no Artigo 5º, III, é exigida como requisito de ingresso no serviço público e se aplica tipicamente aos candidatos do sexo masculino, não feminino.

Gabarito: Letra C.

27) De acordo com a Lei nº 5.247 de 26 de julho de 1991 que rege o regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, analise as afirmações sobre o exercício e estágio probatório dos servidores e escolha a opção correta:

- A) Um servidor nomeado tem até 15 dias para entrar em exercício após a posse, e o não cumprimento deste prazo resulta na revogação automática do ato de nomeação.
- B) A promoção ou ascensão de um servidor interrompe seu tempo de exercício, sendo necessário iniciar um novo período de avaliação no cargo.
- C) Servidores que são transferidos, removidos ou cedidos para outra localidade têm até 30 dias para entrar em exercício, incluindo o tempo de deslocamento necessário.
- D) O estágio probatório para novos servidores tem duração de 36 meses, durante os quais são avaliados critérios como assiduidade, disciplina e capacidade de iniciativa.
- E) Durante o estágio probatório, não é necessário realizar avaliações formais de desempenho do servidor.

Comentário:

Letra A: Errada.

O §1º do Artigo 27 especifica que o prazo para o servidor entrar em exercício após a posse é de 30 dias, não 15, e o §2º desse mesmo artigo menciona que a não entrada em exercício dentro desse prazo resulta na revogação do ato de nomeação.

Letra B: Errada.

De acordo com o Artigo 29, a promoção ou a ascensão não interrompe o tempo de exercício do servidor, e o tempo continua a ser contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que concedeu a promoção ou ascensão.

Letra C: Correta.

O Artigo 30 confirma que o servidor transferido, removido, redistribuído, requisitado ou cedido que deve ter exercício em outra localidade tem 30 dias para entrar em exercício, contando o tempo necessário para deslocamento até a nova sede.

Letra D: Errada.

O Artigo 32 estabelece que o estágio probatório tem duração de 24 meses, não 36 meses, e durante esse período, são avaliados critérios como assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

Letra E: Errada.

O §1º do Artigo 32 indica que ao final do estágio probatório, o resultado da avaliação de desempenho deve ser homologado dentro de 15 dias a contar do término do período de prova, implicando que avaliações formais de desempenho são, de fato, realizadas.

Gabarito: Letra C.

28) Baseando-se nas normativas da Lei nº 5.247 de 26 de julho de 1991, que regulamenta os direitos e deveres dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, assinale a alternativa correta:

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

- A) A servidora gestante ou lactante pode optar por continuar em operações ou locais penosos, insalubres ou perigosos, se assim desejar.
B) O adicional por serviço extraordinário é calculado com um acréscimo de 25% sobre a hora normal de trabalho.
C) O serviço noturno é remunerado com acréscimo de 50% sobre a hora normal e cada hora noturna é considerada como 60 minutos.
D) O adicional de férias é pago automaticamente ao servidor e corresponde a 1/3 da remuneração do período de férias, incluindo vantagens de função de direção, chefia ou assessoramento, se aplicável.
E) Os servidores expostos a radiação ionizante são submetidos a exames médicos anuais para controle de saúde.

Comentário:

Letra A: Errada.

De acordo com o Artigo 74, a servidora gestante ou lactante será obrigatoriamente afastada de operações e locais penosos, insalubres ou perigosos, exercendo atividades em locais salubres, sem opção de escolha.

Letra B: Errada.

O Artigo 78 estabelece que o serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho, não 25%.

Letra C: Errada.

Segundo o Artigo 79, o serviço noturno realmente tem um acréscimo de 50%, mas cada hora de trabalho noturno corresponde a 52 minutos e 30 segundos, não a 60 minutos.

Letra D: Correta.

O Artigo 80 especifica que o adicional de férias é pago automaticamente ao servidor por ocasião das férias e corresponde a 1/3 da remuneração do período de férias. Além disso, inclui vantagens relativas a funções de direção, chefia ou assessoramento, se ocupadas pelo servidor.

Letra E: Errada.

De acordo com o Artigo 77, os servidores que operam com substâncias radioativas ou raio X são submetidos a exames médicos a cada 6 meses, e não anualmente.

Gabarito: Letra D.

29) De acordo com as disposições da Constituição do Estado de Alagoas, sobre a organização político-administrativa dos Municípios e a estrutura da Câmara Municipal, identifique a alternativa correta:

- A) A Lei Orgânica é aprovada pela Câmara Municipal sem a necessidade de observância de prazos específicos entre as votações.
B) É permitido estabelecer despesas com pessoal sem respeitar os limites impostos por lei complementar federal.
C) A criação de cargos públicos e a majoração de vencimentos não precisam de dotação orçamentária suficiente para sua execução.
D) O número máximo de vereadores em um município com população de três milhões de habitantes é de quarenta e um.
E) Vereadores podem ser eleitos antes de atingirem a maioria, desde que estejam no exercício dos direitos políticos.

Comentário:

Letra A: Errada. A Lei Orgânica deve ser votada em dois turnos com um interstício mínimo de dez dias entre eles, conforme o artigo 14 da Constituição do Estado de Alagoas.

Letra B: Errada. As despesas com pessoal ativo e inativo devem respeitar os limites estabelecidos em lei complementar federal, o que contraria a alternativa.

Letra C: Errada. A criação de cargos e empregos públicos, assim como a majoração de vencimentos, exigem a existência de dotação orçamentária suficiente e autorização específica na lei orçamentária, exceto para empresas públicas e sociedades de economia mista.

Letra D: Correta. Conforme o artigo 18, em Municípios com mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes, o número de vereadores deve ser de no mínimo trinta e três e no máximo de quarenta e um, o que se aplica a um município com três milhões de habitantes.

Letra E: Errada. Vereadores devem ser eleitos entre cidadãos maiores de dezoito anos, conforme exigência de serem maiores de idade e no exercício dos direitos políticos.

Gabarito: Letra D.

30) Considerando as disposições da Constituição do Estado de Alagoas sobre o Ministério Público, qual das seguintes afirmações é correta?

- A) O Ministério Público não possui autonomia administrativa, dependendo do Poder Executivo para a gestão de seus recursos.
 - B) Os membros do Ministério Público não têm garantias de independência funcional, pois são subordinados diretamente à Assembleia Legislativa.
 - C) A nomeação do Procurador Geral de Justiça, após a escolha em lista tríplice pela eleição do Colégio de Procuradores, depende da aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa.
 - D) A Assembleia Legislativa tem poderes para alterar a lista tríplice enviada pelo Colégio de Procuradores para a escolha do Procurador Geral de Justiça.
 - E) O Procurador Geral de Justiça pode ser nomeado sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Legislativa se o Governador do Estado não agir dentro de quinze dias úteis após o recebimento da lista tríplice.
-

Comentário:

A) Incorreta. O Ministério Público possui autonomias administrativa e funcional, como estabelecido no Art. 143 da Constituição do Estado de Alagoas, permitindo-lhe gerir seus próprios atos de gestão, pessoal e recursos sem dependência do Executivo.

B) Incorreta. Os membros do Ministério Público têm garantias de independência funcional, que é um dos princípios institucionais da organização, conforme o parágrafo único do Art. 142.

C) Correta. A nomeação do Procurador Geral de Justiça é condicionada à aprovação pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, após a seleção do nome por meio de lista tríplice e eleição pelo Colégio de Procuradores, conforme estipulado no Art. 146.

D) Incorreta. A Assembleia Legislativa não tem o poder de alterar a lista tríplice enviada pelo Colégio de Procuradores; ela apenas aprova ou rejeita a indicação do Governador baseada na lista tríplice eleita pelo Colégio de Procuradores.

E) Incorreta. Mesmo que o Governador não nomeie o Procurador Geral de Justiça dentro do prazo de quinze dias úteis após receber a lista tríplice, o nome mais votado é encaminhado à Assembleia Legislativa para aprovação. O Governador não pode nomear diretamente sem essa aprovação, conforme o §2º do Art. 146.

Gabarito: Letra C.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31) Com relação aos princípios da Administração Pública,

- A) o rol dos princípios da Administração Pública elencados na Constituição Federal é exaustivo.
B) os Poderes Legislativo e Judiciário não estão sujeitos aos princípios da Administração Pública no exercício de suas funções típicas ou atípicas.
C) o princípio da eficiência não constava da redação original da Constituição Federal, sendo posteriormente incluído por meio de uma emenda, quase dez anos após a sua promulgação.
D) os princípios da Administração Pública se aplicam somente à administração direta, não se aplicando às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
E) a obrigação do poder público de disponibilizar para a sociedade a remuneração dos servidores públicos está relacionada ao princípio da eficiência.

Comentário:

Letra A: Errada.

- Os **princípios implícitos**, apesar de não taxados em nenhuma lei ou na CF/88, pode se apresentar por meio de **princípios expressos** ou da **hermenêutica de vários princípios**, podendo ainda decorrer do **próprio sistema constitucional como um todo**.

Ex 01: Princípio da **Finalidade (implícito)** decorre do da **impessoalidade (expresso)**;

Ex 02: Princípio da **Segurança Jurídica (implícito)**, porém, com **aplicação prevista na CF/88**.

CF/88, Art. 5º, XXXVI - **a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada**;

Ex 03: Princípio da **Supremacia do Interesse Público (Implícito)**;

Letra B/D: Errada/Errada.

CF/88, Art. 37. **A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios** obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte: (...)

Letra C: Correta.

Princípio da Eficiência

- Trata-se do princípio que exige dos agentes públicos a busca por **melhores resultados** com o **menor custo e tempo possível**.
- **Incluído** pela **EC 19/98** devido à **reforma gerencial** com a implementação do **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**;
- Nos estudos da doutrinadora **DI PIETRO**, o princípio da eficiência pode ser levado em consideração à **atuação do agente público**, sendo esperado que este preste o seu serviço da **melhor forma possível**, com um **alto desempenho** para obter **bons resultados**. Além disso, tal princípio está diretamente relacionado ao **modo de organização, estrutura e disciplina do Poder Público visando atingir resultados na prestação do serviço público**.

CF/88, Art. 37, § 3º A lei disciplinará as **formas de participação do usuário na administração pública** direta e indireta, **regulando especialmente**:

I - as **reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral**, asseguradas a **manutenção de serviços** de atendimento ao usuário e a **avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços**;

CF/88, Art. 41, § 1º O servidor público **estável** só **perderá** o cargo:

III - mediante procedimento de **avaliação periódica de desempenho**, na forma de **lei complementar**, assegurada **ampla defesa**.

Letra E: Errada.

Princípio da Publicidade

- O princípio da publicidade exige a **ampla divulgação** dos atos praticados pela **Administração Pública**, **ressalvadas** as hipóteses de **sigilo previstas em lei**.
- O princípio da publicidade tem por finalidade estabelecer a:
 - ✓ **Publicação do ato** como requisito para **começar a gerar seus efeitos (eficácia)**, ou seja, **não é um requisito de validade** do ato, mas sim de **eficácia**;
 - ✓ **Transparência da Administração Pública em seus atos** para o controle pelos administrados.
- **OBS: Não é necessária** a publicação de **todos os atos** para a ocorrência da eficácia, mas **apenas aqueles** que produzem **efeitos gerais (alcançam destinatários indeterminados)** e **externos (alcançam a população em geral)**;
 - CF/88, Art. 37, § 3º A lei disciplinará as **formas de participação do usuário** na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:
 - II - o **acesso dos usuários a registros administrativos e a informações** sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;
 - CF/88, Art. 5º, XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos **informações de seu interesse particular**, ou de **interesse coletivo ou geral**, que serão prestadas no **prazo da lei**, sob pena de **responsabilidade**, **ressalvadas** aquelas cujo sigilo seja **imprescindível à segurança da sociedade** e do **Estado**;
- **OBS: O princípio da publicidade não é absoluto**, tendo **exceções**;
 - CF. Art. 5º. XXXIV - são a todos assegurados, **independentemente do pagamento de taxas**:
 - a) o **direito de petição** aos Poderes Públicos em **defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder**;
 - b) a **obtenção de certidões** em repartições **públicas**, para **defesa de direitos** e **esclarecimento** de situações de **interesse pessoal**;

Gabarito: Letra C.

32) A desconcentração administrativa, com a criação de órgãos públicos, mais especificamente para ampliação do número de secretarias de estado,

- A) demanda prévia autorização legislativa, tal como ocorre para a criação de autarquias e empresas públicas.
- B) ocorre em caráter normativo suplementar, mediante delegação legislativa para o Chefe do Executivo.
- C) insere-se na competência exclusiva do Chefe do Executivo, para disciplinar a matéria mediante decreto.
- D) embora não envolva a criação de uma nova pessoa jurídica, constitui matéria de reserva de lei em sentido formal.
- E) constitui matéria de organização administrativa, podendo ser manejada por ato infralegal, assim como a descentralização.

Comentário:

Órgão

- **Conceito:** Órgão, conforme a Lei 9.784/99, é a **unidade** de atuação **integrante** da estrutura da Administração **direta** e da estrutura da Administração **indireta**;
 - Lei 9.784/99, Art. 1º, § 2º Para os fins desta Lei, consideram-se: I - órgão - a **unidade** de atuação **integrante** da estrutura da Administração **direta** e da estrutura da Administração **indireta**;
 - Segundo **Helly Lopes Meirelles**¹, os **órgãos Públicos** são centros de competências instituídos para desempenhar **funções estatais**, através de seus **agentes**, cuja **atuação é destinada à pessoa jurídica** a que pertencem.
 - Fonte**¹: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p.67.
- **Características dos Órgãos:**
 - ✓ Surgem da **desconcentração**;
 - ✓ **Integram** a estrutura de uma **pessoa jurídica**;
 - ✓ **Não possuem patrimônio próprio**;
 - ✓ Só podem ser **extintos ou criados** por **lei** conforme o Art.48,XI, CF/88;

- ✓ Podem firmar **contrato de gestão** nos termos do artigo 37, § 8º CF.;
- ✓ **Não possuem personalidade jurídica própria;**
- ✓ **Não possuem capacidade processual**, ou seja, não podem estar em juízo (**REGRA**)*;
- ✓ Conforme o **STF**, a **iniciativa de lei para a criação ou extinção de órgão** da administração pública é privativa do **chefe do executivo** em todos os entes federativos.
 - ▶ O **M.P** é um órgão que possui **capacidade processual ativa** podendo propor **ações preventivas** de acordo com o **Art.129**, CF/88. (**Exceção**)
 - ▶ **Alguns órgãos (independentes ou autônomos)** têm o direito de ajuizar ações para defender suas competências quando **violadas por terceiros**. Trata-se da "**CAPACIDADE PROCESSUAL EXCEPCIONAL**". (**Exceção**)

CF/88. Art. 48. Cabe ao **Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República**, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de **competência da União**, especialmente sobre:

XI – **criação e extinção de Ministérios e órgãos** da administração pública;

CF/88. Art. 61. § 1º São de **iniciativa privativa do Presidente da República** as leis que:

II - disponham **sobre**:

e) **criação e extinção de Ministérios e órgãos** da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

Gabarito: Letra D.

33) A permissão é considerada ato

- A) unilateral, discricionário, pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público.
- B) unilateral, vinculado, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.
- C) bilateral, discricionário, usado para reconhecer ao particular o direito à prestação de um serviço público.
- D) unilateral, vinculado, voltado ao uso de bem público ou à prestação de serviço público.
- E) bilateral, discricionário, que faculta a quem preenche os requisitos legais o exercício de uma atividade.

Comentário:

Atos negociais

- Segundo Hely Lopes Meirelles, a **licença, a autorização e a permissão** são exemplos de **declarações de vontade da autoridade administrativa** apta a concretizar determinados efeitos **específicos e individuais** ou a deferir certa faculdade ao particular nas condições impostas ou consentidas pelo Poder Público, correspondentes a atos administrativos **negociais**.
- Os atos administrativos **negociais** e os **enunciativos não têm o atributo da imperatividade**.
- ✓ **Permissão**
A **permissão é o ato unilateral e precário**, pelo qual a Administração **faculta ao particular a prestação de um serviço público** ou defere a utilização especial de determinado bem público.

Fonte: MEIRELLES, HELY LOPES. Direito Administrativo Brasileiro. 27ª ed. São Paulo : Malheiros, 2002.

Fonte: CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23. Ed. Ver., ampl. E atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. P 151 e 163.

Permissão de serviço público	<ul style="list-style-type: none">➤ A delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente. ➤ OBS: As modalidades de Concessão e Permissão devem ser autorizadas por Lei Autorizativa Específica, salvo nos casos de:<ul style="list-style-type: none">✓ Saneamento Básico;✓ Limpeza Urbana;✓ Serviços já previstos como passíveis de prestação por delegação na CF/88, nas Constituições Estaduais e nas Leis orgânicas do DF e Municípios.
-------------------------------------	--

Gabarito: Letra A.

34) Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade são atributos do poder

- A) regulamentar.
- B) normativo.
- C) de polícia.
- D) hierárquico.
- E) disciplinar.

Comentário:

Atribuições do Poder de Polícia

- O poder de polícia possui **três atributos**:
 - ✓ **Discricionariedade:**
 - O **poder de polícia** é exercido, em regra, com base nos critérios de **conveniência e oportunidade**, observados os **limites da lei** e **princípios da razoabilidade e proporcionalidade**;

 - É possível a **vinculação do poder de polícia**.
 - Ex: Licença.

 - ✓ **Autoexecutoriedade:**
 - É a **execução direta e imediata** dos atos administrativos, **independentemente de prévia autorização judicial**;

 - O atributo da autoexecutoriedade **não se aplica em todos os casos** do poder de polícia;

 - É **necessária a ação judicial**, no caso de **cobrança de multa**, na hipótese do particular **não ter pago a multa**, **não podendo a Administração cobrar**, mas apenas **impor a multa**; (Adm. Impõe a multa, mas é o Judiciário que cobra);

 - **Di Pietro** entende que a **Autoexecutoriedade** é dividida em **duas espécies**:
 - ❖ **Exigibilidade:** Aplicação de **meios indiretos de coação** pela Administração Pública.

 - ❖ **Executoriedade:** Confunde-se com a **Autoexecutoriedade**, exercendo **meios diretos do poder de polícia**, **salvo** nos casos de **transferência de patrimônio do particular para o Estado**, pois existe a **necessidade do poder judiciário**;

- **Não Confundir!**
 - **Aplicação de multa** → Exigibilidade ou coercibilidade;

 - **Retirada imediata de um carro no meio da rua** → Autoexecutoriedade;

- **Cobrança de Multa** → Intervenção do poder judiciário.

✓ **Coercibilidade:**

- É a **imposição coativa** das medidas adotadas pela Administração Pública;
- **OBS:** Certos atos de poder de polícia **não possuem a autoexecutoriedade e a coercibilidade**, como no caso dos **atos preventivos (Licença para construção)** e **certos atos repressivos (cobrança de multa não paga pelo particular)**

Gabarito: Letra C.

35) O procedimento de manifestação de interesse, na forma disciplinada pela Lei nº 14.133/2021,

- A) pode ser utilizado em substituição à modalidade licitatória aplicável, quando seja mais vantajoso realizar mais de uma contratação simultânea para o mesmo objeto.
- B) é iniciado com a publicação de edital de chamamento público e a aceitação dos produtos ou serviços realizados não implica, por si só, direito a ressarcimento.
- C) constitui etapa preparatória obrigatória na licitação sob a modalidade diálogo competitivo, antecedente à apresentação das soluções técnicas demandadas.
- D) é procedimento auxiliar para adoção da sistemática de credenciamento, no qual são apresentados os documentos comprobatórios da qualificação técnica.
- E) integra o procedimento de chamamento público, conferindo ao interessado pré-qualificado o direito subjetivo à contratação ou ao ressarcimento dos custos incorridos.

Comentário:

Lei 14.133/21. Art. 81. A Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante **procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público**, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, na forma de regulamento.

§ 1º Os estudos, as investigações, os levantamentos e os projetos vinculados à contratação e de utilidade para a licitação, realizados pela Administração ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, e o vencedor da licitação deverá ressarcir os dispêndios correspondentes, conforme especificado no edital.

§ 2º A realização, **pela iniciativa privada**, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse previsto no caput deste artigo:

I - **não atribuirá** ao realizador **direito de preferência** no processo licitatório;

II - **não obrigará** o poder público a realizar licitação;

III - **não implicará**, por si só, **direito a ressarcimento** de valores envolvidos em sua elaboração;

IV - **será remunerada** somente pelo vencedor da licitação, **vedada**, em qualquer hipótese, **a cobrança de valores do poder público**.

§ 3º Para **aceitação dos produtos e serviços** de que trata o caput deste artigo, a Administração deverá elaborar parecer fundamentado com a demonstração de que o produto ou serviço entregue é adequado e suficiente à compreensão do objeto, de que as premissas adotadas são compatíveis com as reais necessidades do órgão e de que a metodologia proposta é a que propicia maior economia e vantagem entre as demais possíveis.

§ 4º O procedimento previsto no caput deste artigo **poderá ser restrito a startups**, assim considerados os **microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, de natureza emergente e com grande potencial**, que se dediquem à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novos produtos ou serviços baseados em soluções tecnológicas inovadoras que possam causar alto impacto, exigida, na seleção definitiva da inovação, validação prévia fundamentada em métricas objetivas, de modo a demonstrar o atendimento das necessidades da Administração.

Gabarito: Letra B.

DIREITO CONSTITUCIONAL

36) Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios:

- A) prevalência dos direitos humanos, concessão de asilo político e independência nacional.
- B) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, solução pacífica ou não dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- C) prevalência dos direitos humanos, intervenção e igualdade entre os Estados.
- D) repúdio ao terrorismo e ao racismo, não concessão de asilo político e defesa da paz.
- E) defesa da paz, intervenção e igualdade entre os Estados.

Comentário:

CF/88. Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas **relações internacionais** pelos seguintes princípios:

- I - **independência nacional**;
- II - **prevalência dos direitos humanos**;
- III - **autodeterminação** dos povos;
- IV - **não-intervenção**;
- V - **igualdade entre os Estados**;
- VI - **defesa da paz**;
- VII - solução **pacífica** dos conflitos;
- VIII - **repúdio ao terrorismo e ao racismo**;
- IX - **cooperação** entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - **concessão de asilo político**.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração **econômica, política, social e cultural** dos povos da América **Latina**, visando à formação de uma comunidade **latino-americana** de nações.

Princípios Fundamentais (Gênero)		
Fundamentos (Espécie)	Objetivos (Espécie)	Princípios Internacionais (Espécie)
SO berania;	CON struir;	IN dependência nacional;
Ci dadania;	GA rantir;	P revalência dos direitos humanos;
DI gnidade da pessoa humana;	ERR adicar;	A utodeterminação dos povos;
VA lores sociais do trabalho e da livre iniciativa;	PRO mover.	N ão-intervenção;
PLU ralismo político.		I gualdade entre os Estados;
		CO ncessão de asilo político;
		SO lução pacífica dos conflitos;
		DE fesa da paz ;
		CO operação entre os povos para o progresso da humanidade;
		RE púdio ao terrorismo e ao racismo.
SO CI DI VA PLU	CON GA ERR A PRO	IN PANICO SO DECORE

Gabarito: Letra A.

37) Ao disciplinar as formas de aquisição e perda da nacionalidade brasileira, a Constituição Federal estabelece que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que

- A) fizer pedido expresso de perda de sua nacionalidade perante autoridade judiciária competente, renúncia essa que impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, ressalvada situação que acarrete apatridia.
- B) adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
- C) fizer pedido expresso de perda de sua nacionalidade perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia, renúncia essa que, no entanto, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.
- D) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, ressalvadas situações que acarretem apatridia.
- E) tiver cancelada sua naturalização, por decisão da autoridade administrativa competente, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
-

Comentário:

CF/88. Art. 12. § 4º - Será declarada a **perda da nacionalidade** do brasileiro que:

I - tiver **cancelada sua naturalização, por sentença judicial**, em virtude **de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático**; **(EC 131/23)**

II - fizer **pedido expresso de perda da nacionalidade** brasileira perante autoridade brasileira competente, **ressalvadas situações que acarretem apatridia**. **(EC 131/23)**

CF/88. Art. 12. § 5º A **renúncia da nacionalidade**, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, **não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade** brasileira originária, nos termos da lei. **(EC 131/23)**

Gabarito: Letra C.

38) Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observado, dentre outros, o seguinte princípio:

- A) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão sigilosa, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- B) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração, atos de mero expediente e decisões interlocutórias.
- C) a distribuição de processos será imediata tão somente no primeiro grau de jurisdição.
- D) nos tribunais com número superior a 25 julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- E) previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa facultativa do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.
-

Comentário:

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 93. X - as **decisões administrativas** dos tribunais serão **motivadas** e **em sessão pública**, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da **maioria absoluta** de seus membros;

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 93. XIV - os **servidores** receberão **delegação** para a prática de **atos de administração** e atos de **mero expediente** **sem caráter decisório**;

Letra C: Errada.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

CF/88. Art. 93. XV - a distribuição de processos será **imediate**, **em todos os graus de jurisdição**.

Letra D: Correta.

CF/88. Art. 93. XI - nos tribunais com número **superior a 25 julgadores**, poderá ser constituído **órgão especial**, com o **mínimo de 11 e o máximo de 25 membros**, para o exercício das **atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas** da competência do **tribunal pleno**, provendo-se **metade das vagas** por **antiguidade** e a **outra metade por eleição** pelo tribunal pleno;

Órgão Especial
✓ Poderá ser criado em tribunais com número superior a 25 julgadores .
✓ Composto entre 11 e 25 membros .
✓ Atribuições : Administrativas e Jurisdicionais do tribunal pleno.
✓ Vagas : 1/2 por antiguidade + 1/2 por eleição do tribunal pleno.

Letra E: Errada.

CF/88. Art. 93. IV - previsão de **cursos oficiais** de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo **etapa obrigatória** do processo de **vitalicamento** a participação em **curso oficial** ou reconhecido por **escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados**;

Gabarito: Letra D.

39) Lineu é juiz federal titular de vara de competência mista e deve decidir acerca da sua competência com relação a três processos que lhe foram distribuídos: o primeiro trata de causa de ação referente a acidente de trabalho, na qual entidade autárquica Federal (INSS) figura como ré; o segundo se refere a causa entre Estado estrangeiro e município; e o terceiro versa sobre crime contra a organização do trabalho. Com base na Constituição Federal, Lineu deve dar-se por

- A) incompetente para processar e julgar a primeira causa e competente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- B) competente para processar e julgar a primeira causa e incompetente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- C) competente para processar e julgar as três causas.
- D) incompetente para processar e julgar as três causas.
- E) competente para processar e julgar a primeira e a segunda causas e incompetente para processar e julgar a terceira causa.

Comentário:

STF/Súmula 501
Compete à Justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho , ainda que promovidas contra a União, suas autarquias , empresas públicas ou sociedades de economia mista.

CF/88. Art. 109. Aos **juízes federais** compete processar e julgar:

II - as causas entre **Estado estrangeiro ou organismo internacional** e **Município ou pessoa domiciliada ou residente no País**;

VI - os crimes **contra a organização do trabalho** e, nos **casos determinados por lei**, **contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira**;

Gabarito: Letra A.

40) Um dos princípios gerais da atividade econômica é

- A) a descentralização.
- B) a proteção à maternidade.
- C) o pluralismo de ideias.

D) a função social da propriedade.

E) a participação da comunidade.

Comentário:

CF/88. Art. 170. A **ordem econômica**, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos **existência digna**, conforme os ditames da justiça social, **observados os seguintes princípios:**

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Gabarito: Letra C.

DIREITO CIVIL

41) Anacleto tem 17 anos, é viciado em tóxicos e, por deficiência mental permanente, não exprime sua vontade de forma clara e inteligível. Anacleto é

- A) relativamente incapaz em relação à idade e ao vício em tóxicos; absolutamente incapaz em relação à deficiência mental permanente.
- B) relativamente incapaz em relação a todas as situações indicadas.
- C) pelas circunstâncias, absolutamente incapaz em relação a todas as situações narradas.
- D) relativamente incapaz em relação à idade; absolutamente incapaz em relação ao vício em tóxicos e à deficiência mental permanente.
- E) relativamente incapaz em relação à idade e à deficiência mental permanente; capaz plenamente quanto ao vício em tóxicos, que representa somente um problema de saúde pública.

Comentário:

CC/02. Art. 3º. São **absolutamente incapazes** de exercer pessoalmente os atos da vida civil **os menores de 16 (dezesesseis) anos**.

STJ/REsp 1.927.423/SP

As pessoas com **enfermidade** e as que possuem **deficiência mental** não são mais consideradas como **incapazes absolutas**. A incapacidade absoluta para exercer pessoalmente os atos da vida civil se restringe aos **menores de 16 (dezesesseis) anos**, ou seja, o **critério passou a ser apenas etário**, tendo sido eliminadas as hipóteses de deficiência mental ou intelectual anteriormente previstas no Código Civil.

CC/02. Art. 4º. São **incapazes, relativamente** a certos atos ou à maneira de os exercer:

- I - os **maiores de dezesseis e menores de dezoito anos**;
- II - os **ébrio habitualis** e os **viciados em tóxico**;
- III - aqueles que, por causa **transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade**;
- IV - os **pródigos**.

Gabarito: Letra B.

42) Em relação às pessoas jurídicas, é certo que

- A) começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades, mesmo que ainda não inscrito seu ato constitutivo no respectivo registro.
- B) obrigam a pessoa jurídica os atos dos seus administradores, exercidos ou não nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- C) se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício, nomear-lhe-á outro administrador.
- D) nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua; encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.
- E) a proteção dos direitos da personalidade é exclusiva às pessoas físicas, com exceção somente da proteção à marca empresarial.

Comentário:

Letra A: Errada.

CC/02. Art. 45. Começa a **existência** legal das pessoas jurídicas de **direito privado** com a **inscrição do ato constitutivo no respectivo registro**, precedida, quando necessário, de **autorização** ou **aprovação do Poder Executivo**, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Letra B: Errada.

CC/02. Art. 47. **Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores**, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

Letra C: Errada.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

CC/02. Art. 49. Se a administração da pessoa jurídica vier a **faltar**, o **juiz**, a requerimento de qualquer interessado, **nomear-lhe-á administrador provisório**.

Letra D: Correta.

CC/02. Art. 51. Nos casos de **dissolução** da pessoa jurídica ou **cassada a autorização** para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de **liquidação**, até que esta se conclua. (**Despersonalização da Pessoa Jurídica**)

§ 3º. **Encerrada a liquidação**, promover-se-á o **cancelamento** da inscrição da pessoa jurídica.

Letra E: Errada.

CC/02. Art. 52. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a **proteção dos direitos da personalidade**.

Gabarito: Letra D.

43) Deise sofreu grave acidente de carro e, em razão disso, precisou de uma cirurgia de urgência em hospital próximo ao local do sinistro. Por exigência do estabelecimento hospitalar, sua genitora Cláudia emitiu um cheque de setenta mil reais em favor daquele. Dias após a conclusão do procedimento, ela constatou que a quantia comumente cobrada para tal cirurgia era de cinco mil reais. Com isso, Cláudia procurou a Defensoria Pública da Paraíba, a fim de evitar a cobrança do referido título de crédito. Diante desta situação, é possível ingressar com ação judicial, para requerer a

A) anulação do negócio jurídico no prazo de 5 anos, a contar do dia em que este se realizou, com a alegação de vício do consentimento consistente em lesão.

B) declaração de nulidade do negócio jurídico no prazo de 3 anos, a contar do dia em que se constatou a excessividade do valor cobrado pela cirurgia, com a alegação de vício do consentimento consistente em estado de perigo.

C) anulação do negócio jurídico no prazo de 4 anos, a contar do dia em que este se realizou, com a alegação de vício do consentimento consistente em estado de perigo.

D) declaração de nulidade do negócio jurídico no prazo de 10 anos, a contar do dia em que este se realizou, com a alegação de vício do consentimento consistente em lesão.

E) declaração de nulidade do negócio jurídico, a qualquer tempo, em virtude da incapacidade civil de Deise no momento da cirurgia.

Comentário:

CC/02. Art. 156. Configura-se o **estado de perigo** quando alguém, premido da **necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte**, assume **obrigação excessivamente onerosa**.

CC/02. Art. 178. É de **4 anos o prazo de decadência** para pleitear-se a **anulação** do negócio jurídico, contado:

I - no caso de **coação**, do dia em que ela cessar;

II - no de **erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão**, do dia em que se realizou o negócio jurídico;

III - no de atos de **incapazes**, do dia em que cessar a incapacidade.

Gabarito: Letra C.

44) Carlos vendeu um cavalo a Cláudio, por R\$ 1.000,00. Antes da entrega, porém, o cavalo faleceu de causas naturais, sem que Carlos tenha tido culpa. Com a morte do cavalo, sem culpa de Carlos, a obrigação.

A) resolve-se para ambas as partes, tendo Carlos direito a perdas e danos.

B) resolve-se para Carlos, devendo Cláudio pagar o preço, de R\$ 1.000,00, porém não perdas e danos.

C) não se resolve para nenhuma das partes, devendo Carlos entregar cavalo de características semelhantes a Cláudio, enquanto este deverá pagar o preço, de R\$ 1.000,00.

D) resolve-se para ambas as partes, tendo Cláudio direito a perdas e danos.

E) resolve-se para ambas as partes, sem direito a perdas e danos.

Comentário:

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

CC/02 Art. 234. Se, no caso do artigo antecedente, a **coisa se perder, sem culpa do devedor**, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, **fica resolvida a obrigação para ambas as partes**; se a **perda resultar de culpa do devedor**, **responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos**.

Obrigações	
Dar Coisa Certa	<p>Perda da coisa:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva: fica resolvida a obrigação para ambas as partes;✓ Com culpa do devedor: responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos. <p>Deterioração:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Sem culpa do devedor: poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu;✓ Com culpa do devedor: poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.

Gabarito: Letra E.

45) De acordo com o Código Civil, o credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a

- A) esperar o tempo que faltava para o vencimento e a pagar as custas em dobro, mas, mesmo tendo agido de má-fé, não precisará descontar os juros correspondentes que tenham sido estipulados.
- B) pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, independentemente de ter agido ou não de má-fé.
- C) pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, caso tenha agido de má-fé.
- D) pagar ao devedor a metade do que houver cobrado, salvo se tiver agido de boa-fé.
- E) esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

Comentário:

Letra A/E: Errada/Correta.

CC/02 Art. 939. O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, **ficará obrigado a esperar o tempo que faltava** para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas **em dobro**.

Letra B/C/D: Errada/Errada/Errada.

CC/02 Art. 940. Aquele que **demandar por dívida já paga**, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou **pedir mais do que for devido**, ficará obrigado a pagar ao devedor, **no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado** e, **no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição**.

Gabarito: Letra E.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46) Os recursos

- A) impedem, via de regra, a eficácia da decisão, além de interromperem o prazo para interposição de outros recursos.
B) podem ser interpostos pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
C) impedem, via de regra, a eficácia da decisão, apesar de não interromperem o prazo para interposição de outros recursos.
D) não poderão ser interpostos sem anuência de todos os litisconsortes.
E) poderão ser interpostos contra os despachos, decisões interlocutórias e sentenças.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPC/15. Art. 995. Os recursos **não impedem** a eficácia da decisão, **salvo** disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida **poderá ser suspensa** por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

Letra B: Correta.

CPC/15. Art. 996. O recurso **pode ser interposto** pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como **parte** ou como **fiscal da ordem jurídica**.

Parágrafo único. **Cumpra ao terceiro** demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.

Letra C: Errada.

CPC/15. Art. 995. Os recursos **não impedem** a eficácia da decisão, **salvo** disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida **poderá ser suspensa** por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

Letra D: Errada.

CPC/15. Art. 998. O recorrente **poderá**, a qualquer tempo, **sem a anuência** do recorrido ou dos litisconsortes, **desistir do recurso**.

Parágrafo único. A desistência do recurso **não impede** a análise de questão cuja repercussão geral **já tenha sido reconhecida** e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

Letra E: Errada.

CPC/15. Art. 1.001. Dos despachos **não cabe recurso**.

Gabarito: Letra B.

47) A execução

- A) implica imediata inclusão do devedor em cadastro de inadimplentes, que só será baixada com o trânsito em julgado da decisão que extinguir o processo executivo.
B) deve ser proposta necessariamente no domicílio do exequente.
C) deve estar fundada em título executivo, assim entendido qualquer documento escrito que haja sido produzido pelo credor.
D) não pode ser ajuizada contra o espólio, que não possui personalidade jurídica.

E) poderá ser instaurada se o devedor não satisfizer obrigação certa, líquida e exigível consubstanciada em título executivo, ainda que a obtenção do montante exequendo dependa de simples operações aritméticas.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPC/15. Art. 782. Não dispendo a lei de modo diverso, **o juiz determinará os atos executivos**, e o oficial de justiça os cumprirá.

(...)

§ 3º A requerimento da parte, o juiz pode determinar a **inclusão do nome do executado** em cadastros de inadimplentes.

STJ/REsp1.887.712/DF

O juiz **não** pode se recusar a determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes (art. 782, §3º, do CPC/2015) sob o fundamento de que o exequente teria condições de fazer isso diretamente.

§ 4º A inscrição será cancelada **imediatamente** se for efetuado o pagamento, se for garantida a execução ou se a execução for extinta por qualquer outro motivo.

Letra B: Errada.

CPC/15. Art. 781. A execução fundada em título extrajudicial será processada perante o juízo competente, observando-se o seguinte:

I - a execução **poderá** ser proposta no foro de domicílio do executado, de eleição constante do título ou, ainda, de situação dos bens a ela sujeitos;

(...)

III - sendo incerto ou desconhecido o domicílio do executado, a execução **poderá** ser proposta no lugar onde for encontrado ou no foro de domicílio do exequente;

Letra C: Errada.

CPC/15. Art. 783. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á **sempre** em título de obrigação certa, líquida e exigível.

CPC/15. Art. 784. São títulos **executivos extrajudiciais**:

(...)

II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor;

(...)

XII - todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, **a lei atribuir força executiva**.

Letra D: Errada.

CPC/15. Art. 799. **Incumbe ainda ao exequente**:

(...)

II - requerer a intimação do titular de usufruto, uso ou habitação, quando a penhora recair sobre bem gravado por usufruto, uso ou habitação;

Letra E: Correta.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

CPC/15. Art. 786. A execução pode ser instaurada caso o devedor **não** **satisfaça a obrigação** certa, líquida e exigível consubstanciada em título executivo.

Parágrafo único. A necessidade de simples operações aritméticas para apurar o crédito exequendo **não** retira a liquidez da obrigação constante do título.

Gabarito: Letra E.

48) A tutela de evidência será concedida quando

A) houver, independentemente da matéria de fato, houver enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

B) ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

C) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, independentemente do conteúdo da manifestação do réu.

D) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

E) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPC/15. Art. 311. A tutela da evidência será concedida, **independentemente** da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

(...)

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas **apenas** documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

Letra B: Errada.

CPC/15. Art. 311. A tutela da evidência será concedida, **independentemente** da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I - ficar caracterizado o **abuso do direito de defesa** ou o manifesto propósito protelatório da parte;

CPC/15. CPC/15. Art. 300. A **tutela de urgência** será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Letra C: Errada.

CPC/15. Art. 311. A tutela da evidência será concedida, **independentemente** da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

(...)

IV - a petição inicial for instruída com **prova documental suficiente** dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu **não** oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Letra D: Correta.

CPC/15. Art. 311. A tutela da evidência será concedida, **independentemente** da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

(...)

II - as alegações de fato podem ser comprovadas **apenas** documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

Letra E: Errada.

CPC/15. Art. 311. A tutela da evidência será concedida, **independentemente** da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I - ficar caracterizado o **abuso do direito de defesa** ou o manifesto propósito protelatório da parte;

CPC/15. Art. 300. A **tutela de urgência** será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o **perigo** de dano ou o **risco** ao resultado útil do processo.

Gabarito: Letra D.

49) A reconvenção

A) só pode ser proposta contra o autor.

B) não necessita conter valor à causa.

C) pode ser proposta independentemente da contestação.

D) segue a sorte da ação, não podendo ser analisada se houver desistência, pelo autor.

E) deve ser respondida pela parte contrária no prazo de 5 dias, contado da juntada da reconvenção aos autos digitais.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPC/15. Art. 343. Na contestação, **é lícito** ao réu propor **reconvenção** para manifestar pretensão própria, **conexa com a ação principal** ou com o **fundamento da defesa**.

(...)

§ 3º A reconvenção **pode** ser proposta **contra o autor e terceiro**. (Polo passivo)

§ 4º A reconvenção **pode** ser proposta pelo **réu em litisconsórcio com terceiro**. (Polo ativo)

Letra B: Errada.

CPC/15. Art. 291. A toda causa será atribuído **valor certo**, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.

CPC/15. Art. 292. O **valor da causa** constará da **petição inicial** ou da **reconvenção** e será:

Letra C: Correta.

CPC/15. Art. 343. Na contestação, **é lícito** ao réu propor **reconvenção** para manifestar pretensão própria, **conexa com a ação principal** ou com o **fundamento da defesa**.

(...)

§ 6º O réu pode propor reconvenção **independentemente de oferecer contestação**.

Letra D: Errada.

CPC/15. Art. 343. Na contestação, **é lícito** ao réu propor **reconvenção** para manifestar pretensão própria, **conexa com a ação principal** ou com o **fundamento da defesa**.

(...)

§ 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito **não obsta** ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

Letra E: Errada.

CPC/15. Art. 343. Na contestação, é **lícito** ao réu propor **reconvenção** para manifestar pretensão própria, **conexa com a ação principal** ou com o **fundamento da defesa**.

§ 1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para **apresentar resposta** no prazo de **15 dias**.

Gabarito: Letra C.

50) Em relação à forma, ao tempo e ao lugar dos atos processuais, considere:

I. Em regra, os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei não a exigir, considerando-se válidos os atos realizados com essa obediência formal.

II. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

III. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais, inclusive no tocante à desistência da ação.

IV. Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.

V. Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo, ou, excepcionalmente, em outro lugar, em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

Está correto o que consta APENAS em

A) II, IV e V.

B) II, III e V.

C) I, III e IV.

D) I, II e III.

E) III, IV e V.

Comentário:

Item I: Errado.

CPC/15. Art. 188. Os atos e os termos processuais **independem de forma determinada**, **salvo** quando a lei expressamente a exigir, **considerando-se válidos** os que, realizados de outro modo, **lhe preenchem a finalidade essencial**. **(Princípio da Instrumentalidade das Formas)**

Item II: Correto.

CPC/15. Art. 190. Versando o processo sobre **direitos que admitam autocomposição**, é lícito às partes plenamente capazes **estipular mudanças no procedimento** para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, **antes ou durante o processo**. **(Negócio Jurídico Processual)**

Item III: Errado.

CPC/15. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem **imediatamente** a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.

Parágrafo único. **A desistência da ação** só produzirá efeitos após homologação judicial.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Produção de Efeitos	
Regra	Exceção
Declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a <u>constituição, modificação ou extinção</u> de direitos processuais.	A desistência da ação só produzirá efeitos <u>após homologação judicial</u> .

Atos Processuais	
Unilaterais	Bilaterais
Petição Inicial; Contestação; Reconvenção; Impugnação; Embargos; Recursos.	* Mediação; * Calendário acordado entre as partes; * Conciliação.

Item IV: Correto.

CPC/15. Art. 216. Além dos declarados em lei, **são feriados**, para efeito forense, os **sábados**, os **domingos** e os **dias em que não haja expediente forense**.

Feriados Forenses
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sábados; ✓ Domingos; ✓ Dias sem expediente forense; ✓ Declarados em lei.

Item V: Correto.

CPC/15. Art. 217. Os atos processuais realizar-se-ão **ordinariamente na sede do juízo**, ou, **excepcionalmente**, em outro lugar em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

Atos Processuais - Lugar	
Regra	Exceção
Sede do juízo	É possível ser em outro lugar por conta da: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Deferência; ✓ Interesse da justiça; ✓ Natureza do ato; ✓ Obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

Gabarito: Letra A.

DIREITO PENAL

51) Rafael, primário, foi preso em flagrante delito após tentar subtrair poucos bens de uma rede de Supermercados. Avaliados, os bens totalizaram R\$ 38,00 (trinta e oito reais) e foram integralmente restituídos à vítima. Nesse caso, o Defensor Público fundamentará seu pedido de absolvição por insignificância com base no princípio da

- A) aceitação social.
- B) intervenção mínima.
- C) reserva legal.
- D) isonomia.
- E) ampla defesa.

Comentário:

Princípio da Intervenção Mínima ou Última Ratio

- Tal princípio estabelece a **limitação do Estado em relação ao poder punitivo.**
- O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra **reflexo** nos princípios da **subsidiariedade** e da **fragmentariedade.**
- **O Direito penal é a considerado a última maneira de resolver o problema.**
- As condutas do indivíduo serão criminalizadas **apenas quando existir a real necessidade de tutela aos bens jurídicos e não seja possível** que esse indivíduo, com os seus atos, conviva **harmônica e pacificamente em sociedade.**

Gabarito: Letra B.

52) Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar que

- A) o Código Penal adotou o princípio da territorialidade, em relação à aplicação da lei penal no espaço. Tal princípio é absoluto, não admitindo qualquer exceção.
- B) transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo do Conhecimento a aplicação da lei mais benigna.
- C) a lei aplicável para os crimes permanentes será aquela vigente quando se iniciou a conduta criminosa do agente.
- D) quando a abolitio criminis se verificar depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, extinguir-se-ão todos os efeitos penais e extrapenais da condenação.
- E) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.

Comentário:

Letra A: Errada.

Princípio da Territorialidade Mitigada ou Temperada

- A territorialidade **não é absoluta**, sendo possível a sua não aplicação no caso de **convenções, tratados e regras de direito internacional.**
- **Adotado pelo CP.**
- **O Território é o espaço que o Estado possui sua soberania política**, compreendendo:
 - ✓ **Mar Territorial;**
 - ✓ **O Espaço Aéreo;**
 - ✓ **Subsolo;**
 - ✓ **Navios e aeronaves públicos, dentro ou fora do Brasil;**
 - ✓ **As aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, em alto-mar ou no espaço aéreo.**
- A Lei brasileira é aplicada aos **crimes cometidos a bordo de aeronaves estrangeiras** quando estiverem **no espaço aéreo brasileiro** ou em **pouso no território nacional.**
- A Lei penal brasileira é aplicada no caso das **embarcações** quando estiverem **em porto ou mar territorial brasileiro.**

Letra B: Errada.

STF/Súmula 611

Transitada em **juízo** a sentença condenatória, **competem ao Juízo das execuções** a aplicação de lei mais benigna.

Letra C: Errada.

STF/Súmula 711

A lei penal **mais grave** aplica-se ao **crime continuado** ou ao **crime permanente**, se a sua **vigência é anterior** à cessação da continuidade ou da permanência.

Letra D: Errada.

Abolito Criminis: Ocorre quando um **fato deixa de ser crime** depois que uma **lei penal** que incrimina acaba sendo **revogada**; **no entanto, os efeitos extrapenais continuam existindo**.

Letra E: Correta.

CP/40. Art. 3º - A lei **excepcional** ou **temporária**, **embora decorrido o período de sua duração** ou **cessadas as circunstâncias que a determinaram**, aplica-se ao **fato praticado durante sua vigência**.

Gabarito: Letra E.

53) A parte geral do Código Penal estabelece:

- A) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos já praticados.
- B) Entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- C) O ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio sempre serão puníveis, ainda que o crime sequer tenha sido tentado.
- D) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a conclusão do inquérito penal, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um terço até a metade.
- E) Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

Comentário:

Letra A: Correta.

Desistência voluntária e arrependimento eficaz

CP/40. Art. 15 - O agente que, **voluntariamente, desiste de prosseguir na execução (desistência voluntária)** ou **impede que o resultado se produza (Arrependimento Eficaz)**, só **responde** pelos atos já praticados.

Letra B: Errada.

Estado de necessidade

CP/40. Art. 24 - Considera-se em **estado de necessidade** quem pratica o fato para **salvar de perigo atual**, que **não provocou por sua vontade, nem podia** de outro modo evitar, direito **próprio ou alheio**, cujo **sacrifício**, nas circunstâncias, **não era razoável exigir-se**.

Legítima defesa

CP/40. Art. 25 - Entende-se em **legítima defesa** quem, usando **moderadamente** dos **meios necessários**, repele **injústa agressão**, **atual** ou **iminente**, a direito seu ou de outrem.

Letra C: Errada.

Casos de impunibilidade

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

CP/40. Art. 31 - O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, **não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.**

Letra D: Errada.

Arrependimento posterior

CP/40. Art. 16 - Nos crimes cometidos **sem violência ou grave ameaça** à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, **até o recebimento da denúncia ou da queixa**, por ato **voluntário do agente**, a pena será **reduzida de um a dois terços.**

Letra E: Errada.

CP/40. Art. 28 - **Não excluem a imputabilidade** penal:

II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

Gabarito: Letra A.

54) Configura o crime de falsidade ideológica:

A) atribuir-se, ou atribuir a terceiro, falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.

B) falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.

C) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

D) utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público.

E) falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.

Comentário:

Letra A: Errada.

Falsa identidade

CP/40. Art. 307 – **Atribuir-se** ou atribuir a **terceiro falsa identidade** para **obter vantagem**, em proveito **próprio ou alheio**, ou para **causar dano** a outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

Letra B: Errada.

Falsificação de documento público

CP/40. Art. 297 – **Falsificar**, no todo ou em parte, **documento público**, ou **alterar documento público verdadeiro**:

Pena – **reclusão, de dois a seis anos**, e multa.

Letra C: Correta.

Falsidade ideológica

CP/40. Art. 299 – **Omitir**, em documento **público** ou **particular**, **declaração** que dele devia constar, ou nele **inserir** ou **fazer inserir** declaração **falsa** ou **diversa** da que **devia ser escrita**, **com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade** sobre fato juridicamente relevante:

Formas

1) **Omissão:** o agente deixa de constar no documento uma declaração que dele deveria constar.

2) **Inserção**: o agente introduz uma declaração falsa (ou diversa da que deveria constar) em um determinado documento.

3) **Causar a inserção**: o agente não necessariamente será a pessoa competente para inserir a declaração em um determinado documento. Algumas vezes, um terceiro de má-fé irá agir se valendo da pessoa competente, para que essa faça a inserção da declaração falsa ou diversa no documento. Nesse caso, dizemos que o agente não inseriu, mas fez inserir a declaração, praticando o delito do art. 299 da mesma forma.

Pena – **reclusão**, de **um a cinco anos**, e multa, se o documento é **público**, e **reclusão** de **um a três anos**, e multa, se o documento é **particular**.

Letra D: Errada.

Fraudes em certames de interesse público

CP/40. Art. 311-A. **Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de:**

I – concurso público;

II – avaliação ou exame públicos;

III – processo seletivo para ingresso no ensino superior; ou

IV – exame ou processo seletivo previstos em lei:

Pena – reclusão, de 1 a 4 anos, e multa.

Letra E: Errada.

Falsidade material de atestado ou certidão (Crime Comum)

CP/40. Art. 301. § 1º - **Falsificar**, no todo ou em parte, **atestado** ou **certidão**, ou **alterar o teor de certidão** ou de **atestado verdadeiro**, para prova de **fato** ou **circunstância** que habilite alguém a obter **cargo público**, **isenção de ônus** ou de **serviço de caráter público**, ou qualquer outra vantagem:

Pena – **detenção**, de **três meses a dois anos**.

Gabarito: Letra C.

55) Um agente público que tenha sido condenado por conduta configurada como abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019, ficará

A) inelegível, pelo dobro do prazo correspondente à pena fixada em condenação transitada em julgado, se prazo maior não estiver previsto na legislação própria.

B) obrigado a participar de programa de reciclagem ou capacitação, adicionalmente ao pagamento de multa, não se sujeitando a pena restritiva de liberdade.

C) automaticamente inabilitado para o exercício de função pública pelo prazo de 10 anos, admitida a reabilitação, mediante procedimento administrativo, após 5 anos.

D) obrigado a reparar os danos causados pelo crime, em valores a serem liquidados em ação própria, vedado o estabelecimento de montante mínimo na sentença penal.

E) sujeito à perda do cargo, na hipótese de ser reincidente em crime de abuso de autoridade e desde que tal efeito seja atribuído de forma motivada na sentença condenatória.

Comentário:

Lei nº 13.869/2019. Art. 4º São **efeitos** da condenação:

I - tornar certa a **obrigação de indenizar** o dano causado pelo crime, devendo o **juiz**, a requerimento do ofendido, **fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração**, considerando os prejuízos por ele sofridos;

II - a **inabilitação** para o exercício de **cargo, mandato** ou **função pública**, **pelo período de 1 a 5 anos**;

III - a **perda do cargo, do mandato ou da função pública**.

Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo **são condicionados à ocorrência de reincidência** em crime de abuso de autoridade e **não são automáticos**, **devendo ser declarados motivadamente na sentença**.

Efeitos da Condenação – Crime de Abuso de Autoridade

- Tornar certa a **obrigação de indenizar** o dano causado pelo crime, devendo o **juiz**, a requerimento do ofendido, **fixar** na sentença o **valor mínimo para reparação dos danos** causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;
- A **inabilitação** para o exercício de **cargo, mandato ou função pública**, pelo período de **1 a 5 anos**;
- A **perda do cargo, do mandato ou da função pública**.
- Os efeitos de **inabilitação** e da **perda** do cargo, do mandato ou da função pública são **condicionados** à ocorrência de **reincidência** em crime de abuso de autoridade.
- Os efeitos de **inabilitação** e da **perda** do cargo, do mandato ou da função pública **não são automáticos**, devendo ser **declarados motivadamente** na sentença.

Lei nº 13.869/2019. Art. 5º As penas restritivas de direitos **substitutivas** das privativas de liberdade previstas nesta Lei são:

I - **prestação de serviços** à comunidade ou a entidades públicas;

II - **suspensão** do exercício do **cargo**, da **função** ou do **mandato**, pelo prazo de **1 a 6 meses**, com a **perda dos vencimentos e das vantagens**;

Parágrafo único. As penas **restritivas de direitos** podem ser aplicadas **autônoma ou cumulativamente**.

Penas Restritivas de Direito – Crime de Abuso de Autoridade

- As penas privativas de liberdade podem ser substituídas pelas restritivas de direito que são:
 - **Prestação de serviços** à comunidade ou a entidades públicas;
 - **Suspensão** do exercício do **cargo**, da **função** ou do **mandato**, pelo prazo de **1 a 6 meses**, com a **perda dos vencimentos e das vantagens**;
- Podem ser aplicadas **autônoma ou cumulativamente**.

Gabarito: Letra E.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

56) Nos delitos de ação penal pública condicionada

- A) a denúncia será promovida pelo Ministério Público ou mediante queixa do ofendido.
B) o ofendido poderá se retratar da representação, desde que o faça a qualquer tempo antes da sentença.
C) a denúncia poderá ser oferecida pelo Ministério Público sem a instauração do inquérito policial, se a representação trazer elementos suficientes à ação penal.
D) o direito de representação poderá ser exercido pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, desde que haja declaração escrita do ofendido.
E) o direito de representação será extinto em caso de morte do ofendido.

Comentário:

Letra A: Errado.

CPP/41. Art. 24. Nos crimes de **ação pública**, esta será promovida **por denúncia do Ministério Público**, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Letra B: Errado.

CPP/41. Art. 25. A representação será **irretratável**, depois de oferecida a denúncia.

Letra C: Correto.

CPP/41. Art. 39 § 5º. O órgão do Ministério Público **dispensará** o inquérito, se com a representação forem oferecidos **elementos que o habilitem a promover a ação penal**, e, neste caso, **oferecerá a denúncia** no prazo de **quinze dias**.

Letra D: Errado.

CPP/41. Art. 39. O **direito de representação** poderá ser exercido, **pessoalmente** ou por **procurador** com poderes especiais, **mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz**, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

Letra E: Errado.

CPP/41. Art. 24 § 1º. No caso de **morte do ofendido** ou quando declarado **ausente** por decisão judicial, o direito de **representação** **passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão**.

Gabarito: Letra C.

57) De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal acerca da competência, considere:

I. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

II. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

III. Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.

IV. Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da Capital da República.

V. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, ainda que haja concurso entre a jurisdição comum e a militar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) II, III e IV.
B) II, IV e V.
C) I, III, IV e V.
D) I, IV e V.

E) I, II e III.

Comentário:

Item I: Correto.

CPP/41. Art. 73. Nos casos de **exclusiva ação privada**, o querelante poderá preferir o **foro de domicílio** ou da **residência do réu**, **ainda quando conhecido o lugar da infração**.

Item II: Correto.

CPP/41. Art. 72. **Não** sendo **conhecido o lugar da infração**, a competência regular-se-á pelo **domicílio ou residência do réu**.

Item III: Correto.

CPP/41. Art. 72. § 1º Se o réu tiver **mais de uma** residência, a competência firmar-se-á **pela prevenção**.

Item IV: Errado.

CPP/41. Art. 72. § 2º Se o réu **não tiver residência certa** ou for **ignorado o seu paradeiro**, será competente **o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato**.

CPP/41. Art. 88. No processo por crimes praticados **fora do território brasileiro**, será competente o **juízo da Capital do Estado** onde **houver por último residido o acusado**. Se este **nunca tiver residido** no Brasil, será competente o **juízo da Capital da República**.

Item V: Errado.

CPP/41. Art. 79. A **conexão e a continência** importarão unidade de processo e julgamento, **salvo**:

I - no concurso entre a jurisdição comum e a militar;

Gabarito: Letra E.

58) Aparecida foi presa em flagrante, acusada de ter praticado o crime de lesão corporal, após entrar em uma luta corporal, saindo da academia. A respeito da prova pericial, o Código de Processo Penal dispõe que, no caso de infração que tenha deixado vestígios,

- A) o juiz decidirá, fundamentadamente, se será indispensável ou não o exame de corpo de delito.
- B) será indispensável a realização de exame de corpo de delito, ainda que seja indireto, podendo deixar de realizá-lo quando houver confissão da acusada.
- C) será dispensável o exame de corpo de delito, conforme livre convencimento motivado do juiz.
- D) será indispensável a realização de exame de corpo de delito, ainda que seja indireto, não podendo deixar de realizá-lo somente por conta da confissão da acusada.
- E) poderá ser dispensada a realização do exame de corpo de delito se tiver concordância entre as partes.

Comentário:

CPP/41. Art. 158. Quando a infração **deixar vestígios**, será **indispensável o exame de corpo de delito, direto (o perito realiza o exame de corpo delito diretamente sobre o vestígio deixado) ou indireto (o perito realiza o exame com base em informações verossímeis fornecidas a ele)**, não podendo supri-lo a **confissão do acusado**.

Gabarito: Letra D.

59) Acerca das nulidades e dos recursos em geral, o Código de Processo Penal estabelece:

- A) Caberá apelação no prazo de 5 dias da decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.
- B) Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 5 dias contados da sua publicação, quando houver na sentença dúvida, contradição ou omissão.
- C) A incompetência do juízo anula todos os atos do processo, decisórios ou não, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- D) É caso de nulidade a falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

E) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor, e será admitido recurso da parte que não tenha interesse na reforma ou modificação da decisão.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPP/41. Art. 581. **Caberá recurso, no sentido estrito**, da decisão, despacho ou sentença:

XIII – que **anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte**;

Letra B: Errada.

CPP/41. Art. 619. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos **embargos de declaração, no prazo de 2 dias** contados da sua publicação, **quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão**.

Letra C: Errada.

CPP/41. Art. 567. A incompetência do juízo anula **somente os atos decisórios**, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao **juiz competente**.

Letra D: Correta.

CPP/41. Art. 564. A **nulidade** ocorrerá nos seguintes casos:

III - por **falta das fórmulas** ou dos **termos seguintes**:

d) a intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de **ação pública**; (Ação Penal privada subsidiária da pública). – **Pode ser sanada conforme Art. 572**.

Letra E: Errada.

CPP/41. Art. 577. O **recurso** poderá ser **interposto** pelo **Ministério Público**, ou pelo **querelante**, ou pelo **réu**, seu **procurador** ou seu **defensor**.

Parágrafo único. **Não se admitirá**, entretanto, recurso da parte que **não tiver interesse na reforma** ou **modificação da decisão**.

Gabarito: Letra D.

60) Para efeito da Lei nº 9.099/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a

- A) 2 anos, somente se não cumulada com multa.
 - B) 3 anos, cumulada ou não com multa.
 - C) 4 anos, cumulada ou não com multa.
 - D) 4 anos, somente se não cumulada com multa.
 - E) 2 anos, cumulada ou não com multa.
-

Comentário:

Lei nº 9.099/1995. Art. 61. Consideram-se **infrações penais de menor potencial ofensivo**, para os efeitos desta Lei, as **contravenções penais** e os **crimes** a que a lei comine **pena máxima não superior a 2 anos**, **cumulada ou não com multa**.

Gabarito: Letra E.
